

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ELIZA EICHLER BRITES

O PROGRAMA STARTOUT BRASIL NO CONTEXTO DE EMERGÊNCIA DA
DIPLOMACIA DA INOVAÇÃO: ATORES, OBJETIVOS E PERCEPÇÕES

Florianópolis

2019

ELIZA EICHLER BRITES

O PROGRAMA STARTOUT BRASIL NO CONTEXTO DE EMERGÊNCIA DA
DIPLOMACIA DA INOVAÇÃO: ATORES, OBJETIVOS E PERCEPÇÕES

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais, da
Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito
obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Relações
Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Iara Costa Leite

Florianópolis

2019

ELIZA EICHLER BRITES

O PROGRAMA STARTOUT BRASIL NO CONTEXTO DE EMERGÊNCIA DA
DIPLOMACIA DA INOVAÇÃO: ATORES, OBJETIVOS E PERCEPÇÕES

A Comissão Examinadora, nomeada pelo Coordenador de Monografias, resolve atribuir à acadêmica Eliza Eichler Brites, após a apresentação do trabalho intitulado “O programa StartOut Brasil no contexto de emergência da diplomacia da inovação: atores, objetivos e percepções”, a nota 10 (dez), referente à disciplina CNM 7280 – Monografia.

Florianópolis, 03 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Iara Costa Leite

M.^a Laura Mabel Lacaze

Prof. Dr. Gilson Geraldino da Silva Júnior

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar estes agradecimentos destacando a importância das Universidades Públicas e gratuitas, das ações afirmativas e das bolsas permanência e auxílio, as quais todos os anos oferecem oportunidade e suporte a milhares de estudantes que sem este apoio, poderiam não usufruir de uma universidade de excelência como a UFSC. Da mesma forma, ressaltar a importância das Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) ofertadas pelo CNPq, o suporte financeiro desta bolsa, mesmo que pequeno, contribuiu para a minha permanência na universidade, como eu sei que auxilia na permanência de tantos outros milhares de estudantes pelo Brasil. O aprendizado do ano que estive como bolsista, assim como todas as habilidades desenvolvidas com a pesquisa, são de vital importância para a concretização desta monografia, assim como me confirmou, que a pesquisa básica e a área das ciências sociais também possuem a sua importância para a sociedade. Sem todos estes suportes, eu não estaria aqui escrevendo estes agradecimentos.

Um agradecimento à *Asociación de Universidades Grupo Montevideo* (AUGM), a qual me proporcionou uma bolsa de intercâmbio no exterior, um sonho que trazia comigo desde a infância e que só foi possível graças a essa bolsa. Gostaria também de agradecer ao grupo de pesquisa de Relações Internacionais, Ciência, Tecnologia e Inovação, que me deu embasamentos fundamentais para partir para o tema desta monografia. Destacar além disso, a importância de todas as demais iniciativas pelas quais passei na graduação e sei que permeiam o ambiente universitário, sejam eles projetos de pesquisa, extensão, grupos de estudo e todo o universo eclético e cheio de opinião que encontrei na UFSC, que com certeza, ajudaram a moldar a pessoa que sou hoje. Ainda, um agradecimento sincero a todos os servidores públicos, técnicos e professores, e terceirizados com os quais cruzei no meu percurso nesta universidade. Todos foram, de forma direta ou não, essenciais para que eu pudesse chegar ao final desta graduação.

Um agradecimento carinhoso a todos os colegas e amigos que tive o prazer de conhecer e compartilhar momentos nestes cinco anos de UFSC. Fossem em tempos de felicidade, tristeza ou frustração, sempre tive um bom amigo por perto para compartilhar tudo isso. Um agradecimento especial ao meu grande amigo Lucas D'Ávila, que me ensinou tanto e que compartilhou comigo tantos momentos

de alegrias e também os difíceis. De todo o coração eu te desejo todo o sucesso e oportunidades do mundo.

Agradeço aos meus colegas de trabalho da ACATE, que me auxiliaram em contatos fundamentais para a construção desta monografia, da mesma forma que me ensinaram tanto sobre ecossistemas de inovação, colaboração e tantos outros assuntos que permeiam um ambiente de inovação. Agradeço muito toda a compreensão e paciência no período desta monografia, e a todas as conexões e novas amizades que me proporcionaram. Foi um prazer trabalhar com vocês!

Aos funcionários do Ministério das Relações Exteriores, Apex-Brasil e Anprotec, que dispuseram do seu tempo para me orientar em minha pesquisa e os quais contribuíram com materiais imprescindíveis para esta monografia.

Agradeço de uma forma muito especial à minha orientadora, Iara Costa Leite, que vem me orientando desde a minha experiência como bolsista PIBIC e agora nesta monografia, de uma forma sempre muito acessível, sincera, cheia de ideias e indicações fantásticas. Foram meses de áudios e conversas nas quais você esteve ali me ouvindo e orientando pacientemente. Aprendi e sigo aprendendo demais contigo, com toda certeza foi minha fonte de inspiração em muitos momentos durante a graduação.

Um último agradecimento àqueles que mais me apoiaram e me deram forças, de todas as formas possíveis em toda a minha trajetória de vida. Mãe, muito obrigada por toda a compreensão, conversas, sugestões e serenidade para enfrentar qualquer coisa na vida. Você sempre foi e vai ser meu maior exemplo de força e determinação. Meu querido e alegre pai, com você aprendi a levar a vida com um pouco mais de otimismo e graça, suas falas e frases motivacionais sempre me fizeram rir e me consolaram quando eu precisei. Obrigada por ser esse bálsamo de otimismo e luz no mundo. Ambos sempre estiveram prontos para me apoiar e vibrar junto comigo em todas as decisões que tomei, sem a presença e apoio de vocês eu não teria chegado até aqui. Cíntia, minha querida irmã e melhor amiga, sempre tão empática e disposta a conversar, a escutar e me trazer de volta à realidade quando eu me perdia em pensamentos infundados. Sou apenas muito grata que a vida tenha me apresentado você como irmã e amiga.

RESUMO

Esta monografia tem por objetivo mapear e analisar as instituições parceiras, objetivos e percepções do StartOut Brasil, um programa de internacionalização de startups, no contexto de emergência da Diplomacia da Inovação. Para tanto, conta com os seguintes objetivos específicos: I. Entender a inserção da temática da CT&I e novos atores na diplomacia moderna; II. Mapear os atores e objetivos da Diplomacia Científica e da Diplomacia da Inovação; III. Contextualizar a emergência da Diplomacia da Inovação no Brasil e; IV. Identificar os atores do programa StartOut Brasil, seus mandatos, objetivos e percepções. Em termos metodológicos, é uma pesquisa exploratória, a qual se baseia em literatura acadêmica, complementada por literatura não acadêmica, produzida por diplomatas, *think tanks* e institutos de pesquisa aplicada. É também um estudo qualitativo, no qual se fundamenta com informações levantadas através de documentos e páginas oficiais do governo e das outras instituições realizadoras (MRE, MDIC, Apex-Brasil, Sebrae e Anprotec), de conversas informais, e notícias de mídia. As principais descobertas apontam uma articulação de “*diplomacia em redes*” através da crescente interação do MRE com atores do sistema de inovação e outros não tradicionais da política externa brasileira. Além disso, o Programa Diplomacia da Inovação estrutura-se no mesmo ano que o StartOut Brasil, ambos podem ser considerados instrumentos de *soft power* e convergem em objetivos de desenvolvimento de competitividade de empresas, geração de negócios e a promoção positiva do Brasil em CT&I no exterior.

Palavras-chave: StartOut Brasil. Diplomacia da Inovação. CT&I.

ABSTRACT

This paper aims to map and analyze the partner institutions, objectives and perceptions of StartOut Brazil, a startup internationalization program, in the context of emerging of the Innovation Diplomacy. To this end, it has the following specific objectives: I. Understand the insertion of the theme of STI and new actors in modern diplomacy; II. Map the actors and objectives of Science Diplomacy and Innovation Diplomacy; III. Contextualize the emerging of Innovation Diplomacy in Brazil and; IV. Identify the actors of the StartOut Brazil program, their mandates, objectives and perceptions. In methodological terms, it is exploratory research, which is based on academic literature, complemented by non-academic literature, produced by diplomats, think tanks and applied research institutes. It is also a qualitative study, based on information gathered through documents and official pages of the government and other partner institutions (MRE, MDIC, Apex-Brazil, Sebrae and Anprotec), informal conversations, and media news. The main findings point out an articulation of “network diplomacy” through the increasing interaction of the MRE with actors of the innovation system and other nontraditional actors from Brazilian foreign policy. In addition, the Innovation Diplomacy Program was structured in the same year as StartOut Brasil, both of which can be considered soft power instruments and converge in the objectives of developing companies competitiveness, business generation and Brazil's positive promotion in STI abroad.

Keywords: StartOut Brazil. Innovation Diplomacy. STI.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Conceitos da Diplomacia Científica	22
Quadro 2 - A diplomacia científica como instrumento de soft power	24
Quadro 3 - Conceitos de Diplomacia da Inovação	26
Quadro 4 - Natureza jurídica, missão e valor dos parceiros do Programa StartOut Brasil	41
Quadro 5 - Articulação das Expertises no programa StartOut Brasil.....	42
Quadro 6 - Ações do StartOut e atribuições de cada ator	43
Quadro 7 - Resultados esperados do Acordo de Cooperação Técnica	45
Quadro 8 - Ciclos do StartOut Brasil	46
Quadro 9 - Discursos sobre o StartOut Brasil que associam a criação do programa à importância de internacionalização de startups.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT	Acordo de Cooperação Técnica
Anprotec	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
Apex-brasil	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
C&T	Ciência e Tecnologia
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
DCT	Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica
DCT&I	Diplomacia da Ciência, Tecnologia e Inovação
DCTEC	Divisão de Ciência e Tecnologia
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização não-governamental
PDI	Programa Diplomacia da Inovação
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOM	Setor de Promoção Comercial e Investimentos
SECTEC	Setor de Ciência, Tecnologia e Inovação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	AS INTERFACES ENTRE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: UM FOCO NA DIPLOMACIA DA INOVAÇÃO	15
2.1	A CRESCENTE INFLUÊNCIA DA CT&I NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	15
2.2	MUDANÇAS NO PAPEL DA DIPLOMACIA: A DIPLOMACIA CIENTÍFICA E A DIPLOMACIA DA INOVAÇÃO.....	19
2.2.1	A Diplomacia Científica	20
2.2.2	A Diplomacia da Inovação	25
2.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
3	A EMERGÊNCIA DA DIPLOMACIA DA INOVAÇÃO NO BRASIL	31
3.1	AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	31
3.2	A INSERÇÃO DA TEMÁTICA DE CT&I AO ARRANJO INSTITUCIONAL DO ITAMARATY E A EMERGÊNCIA DA DIPLOMACIA DA INOVAÇÃO	33
3.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
4	O CASO DO PROGRAMA STARTOUT BRASIL: ATORES, OBJETIVOS E PERCEPÇÕES	40
4.1	OS ATORES DO STARTOUT BRASIL	40
4.2	JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS DO PROGRAMA	44
4.3	PERCEPÇÕES GERAIS SOBRE O PROGRAMA	47
4.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
5	CONCLUSÃO	50
	REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

As novas tecnologias e a inovação tornaram-se fatores de crescimento de uma economia e sociedade baseada em conhecimento¹, na qual o nível de capacidade científica e tecnológica define o *status* global de um país, elevando suas oportunidades econômicas e de desenvolvimento (LEIJTEN, 2016, 2017). No entanto, não basta um país desenvolver apenas tecnologias inovadoras, é preciso conseguir acompanhar os progressos dos países avançados e replicá-los em soluções próprias (SKOLNIKOFF, 1993).

Uma alternativa para este impasse seria o investimento em empreendimentos que pudessem obter respostas rápidas em qualquer ambiente e produzissem tecnologias inovadoras. Quanto a isso, a literatura que discute sobre empresas que se internacionalizam, atestam que os avanços tecnológicos levaram a um aumento da eficiência das empresas e conseqüentemente, à diminuição dos custos para conduzir negócios internacionais (OVIATT; MCDOUGALL; LOPER, 1995). Assim, as vantagens competitivas que antes seriam atribuídas às grandes empresas com larga experiência em negócios internacionais, agora encontram espaço nas empresas de conhecimento original e capacidade rápida de resposta e adaptação, as consideradas startups (OVIATT; MCDOUGALL; LOPER, 1995). Ainda, por possuírem "objetivos agressivos de crescimento" enquanto exploram vantagens tecnológicas em ambientes internacionais, além da adaptabilidade, esta forma de empreendimento teria um grande potencial de motor econômico (OVIATT; MCDOUGALL; LOPER, 1995).

É em meio a este processo, que países como Reino Unido e China tem buscado de forma cada vez maior desenvolverem colaborações internacionais em pesquisa e inovação, se utilizando destas interações para atingirem metas nacionais de inovação (BOUND, 2016). Este processo, pelo qual governos têm se movimentado para criar condições e incentivos para a inserção de empresas, e

¹ A sociedade do conhecimento seria uma nova forma de organização da sociedade, na qual as tecnologias da informação afetam todas as atividades econômicas. "[...] As TIs passam a ser fundamentais para a gestão pública, privada e individual. [...] o avanço e a difusão do novo paradigma tecno-econômico vêm exigindo o desenvolvimento de novos formatos e estratégias empresariais e de outras instituições (como centros de ensino, pesquisa e administração pública) que também demandam, crescentemente, uma carga cada vez maior de informação e conhecimento para desempenharem suas funções. Tais novas estratégias e formatos mostram-se também crescentemente intensivos e, portanto, dependentes de informação e conhecimento (LASTRES; FERRAZ 1999, p. 33)

demais atores de seus respectivos sistemas de inovação nas cadeias transnacionais de produção e inovação, tem sido chamado de "diplomacia da inovação" (BOUND, 2016). Esta "*diplomacia da inovação*" surge em um contexto específico, no qual além de envolver os avanços tecnológicos já supracitados, também vêm vinculando economias e criando interdependências entre os países, embora de forma assimétrica (COOPER; HEINE; THAKUR, 2013). Isto por sua vez, forçou os Estados a abrirem espaços de coordenação das políticas nacionais e internacionais para novos atores, multinacionais, organizações não governamentais, entre outros, de forma que ocorre uma complexificação da tomada de decisões para os órgãos estatais e elaborando o que seria considerado uma "*diplomacia em redes*", cercada de uma heterogeneidade de atores e agendas (COOPER; HEINE; THAKUR, 2013).

No caso do Brasil, a questão da descentralização da gestão de assuntos internacionais, tal como da entrada de novos atores e temas neste meio, são questões centrais analisadas pela literatura (PINHEIRO; MILANI, 2011). Um dos argumentos centrais é que, apesar da forte presença que o Itamaraty ainda possui na arena da política externa, este tem perdido a capacidade de centralização da agenda internacional, devido à horizontalização da política externa brasileira (FRANÇA; SANCHEZ, 2009) e emergência de novas frentes, como a de atores não governamentais, com as agendas de saúde, mudanças climáticas, direitos humanos e a internacionalização da educação (PINHEIRO; MILANI, 2011).

Um tema que adquire cada vez mais centralidade na política externa brasileira, ainda pouco estudado pela literatura, é a Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Um indicador de tal centralidade é que, em anos recentes, nota-se um aumento de publicações de diplomatas do Itamaraty sobre o assunto (SATO et al., 2019). Observa-se que, além de promover uma crescente especialização dos diplomatas em temas voltados à CT&I, o Itamaraty vem se envolvendo em articulação com outros órgãos e atores que integram o sistema de inovação brasileiro para a construção e execução de programas voltados à promoção tecnológica e de inovação. Observa-se por exemplo, no Relatório de Gestão do Exercício 2016 do MRE, a primeira citação do que seria a configuração de uma promoção para a "diplomacia da inovação", enquanto também apresenta o início de atividades do ministério envolvendo startups e interações com parques tecnológicos no exterior (MRE, 2017).

Nesse contexto, o ano de 2017 marca o lançamento do "StartOut Brasil", programa do governo federal de "apoio à inserção de startups brasileiras nos mais promissores ecossistemas de inovação do mundo" (STARTOUT BRASIL, 2019). O StartOut é coordenado por cinco instituições: Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, atual Ministério da Economia, ME). Representa, assim, uma nova dinâmica entre atores da política externa brasileira, na qual encontra-se o ator tradicional da coordenação internacional e a presença marcante de novos atores.

Em virtude disso, questões que permeiam esta monografia são: quais são as funções de cada ator no programa? quais os objetivos e percepções gerais destes atores em relação ao programa? Estes elementos convergem com o que a literatura teórica vem elaborando sobre a diplomacia da inovação?

Dito isto, a presente monografia tem por objetivo geral mapear e analisar as instituições parcerias, objetivos e percepções do programa StartOut Brasil no contexto de emergência da Diplomacia da Inovação. Para a execução deste objetivo geral, este estudo conta com os seguintes objetivos específicos: I. Entender a inserção da temática da CT&I e novos atores na diplomacia moderna; II. Mapear os atores e objetivos da Diplomacia Científica e da Diplomacia da Inovação; III. Contextualizar a emergência da Diplomacia da Inovação no Brasil e; IV. Identificar os atores do programa StartOut Brasil, seus mandatos, objetivos e percepções.

Em termos metodológicos, esta monografia parte de um caráter exploratório, visto que pretende mapear e analisar elementos de um programa recente, inserido em um novo tipo de diplomacia, havendo pouca disponibilidade de literatura acadêmica. Neste sentido, foi necessário incluir, na revisão de literatura, discussões relacionadas à diplomacia científica, um tema semelhante, mas que conta com maior acúmulo de conhecimento; e, na discussão da diplomacia da inovação, literatura não acadêmica, produzida por diplomatas, *think tanks* e institutos de pesquisa aplicada.

A revisão da literatura geral que ampara a pesquisa foi realizada no Capítulo 1, cujo objetivo é entender a diplomacia da inovação como interface das relações internacionais e CT&I, compreendendo quais atores e interesses estão envolvidos na prática. Para tanto, este capítulo se estrutura em duas seções: na qual a primeira

seção busca apresentar a crescente influência da CT&I na relações internacionais, num contexto cercado de novos temas e atores (um foco para as startups e agentes do sistema de inovação); enquanto a segunda seção apresenta as transformações gerais da diplomacia moderna e respectivamente, a diplomacia científica e a diplomacia da inovação.

O segundo capítulo, por sua vez, buscou apresentar a emergência da diplomacia da inovação no Brasil, de maneira a situar o programa StartOut Brasil, discutido no capítulo seguinte. A construção da narrativa do capítulo contou com fontes primárias, documentos de governo e revisão de literatura de política externa brasileira. Este capítulo se estrutura a partir de uma primeira seção que apresenta as recentes transformações da política externa brasileira, na qual abre-se espaço de atuação para atores não governamentais em questões internacionais e; em uma segunda seção, a qual aborda a inserção das temáticas de CT&I no Itamaraty que culminam na configuração de uma diplomacia da inovação.

O terceiro e último capítulo tem como objetivo analisar o programa StartOut Brasil, seus atores, objetivos e percepções. O capítulo inteiro está baseado em fontes primárias, documentais e de informações fornecidas por funcionários das agências estudadas, com exceção da utilização de uma dissertação de mestrado específica sobre o StartOut Brasil. Assim, este capítulo contou com uma metodologia similar à utilizada por Müller e Witjes (2014), a qual utilizou-se de entrevistas e notas de observação dos entrevistados, além de documentos sobre as políticas e notícias de mídia. Nesta monografia, no entanto, as entrevistas foram trocadas por conversas informais e troca de correios eletrônicos com os atores do StartOut Brasil e diplomatas. Estas conversas informais tiveram como intuito guiar a pesquisa nas direções corretas quanto à documentos e informações. Observa-se que alguns documentos sobre o programa não foram identificados em buscas ao Diário Oficial da União ou outra página oficial governamental, tendo sido recebidos por correio eletrônico e desta forma, serão citados como tal. São eles: o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) que instaura a parceria entre as instituições parceiras para a realização do StartOut; o Plano de Trabalho anexado ao ACT que contempla os 14 primeiros meses do Programa, o qual será chamado de Plano de Trabalho; e um trecho de uma conversa de e-mail que complementa informações dos quadros.

Desta forma, o terceiro capítulo está dividido em três partes, a primeira a qual busca apresentar atores, missão, competências para a atuação e atribuições no

programa. A segunda seção contará com a apresentação dos objetivos e justificativas para a criação do StartOut; e a terceira, busca trazer o discurso dos atores com o objetivo de entender suas percepções sobre o programa. Especificamente sobre as percepções desses discursos, estas foram extraídas a partir de notícias sobre o programa encontradas na página oficial da Anprotec. Há uma limitação para esta instituição pois foi a única na qual haviam notícias com frases relevantes de atores das instituições sobre o programa; ademais, ainda se utilizou de um artigo do diplomata Silva (2018), publicado no Caderno de Política Exterior vinculado ao MRE, uma narrativa que se encontrou válida para a construção da análise.

2 AS INTERFACES ENTRE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: UM FOCO NA DIPLOMACIA DA INOVAÇÃO

Este capítulo tem como objetivo geral entender a diplomacia da inovação como uma das interfaces das relações internacionais e CT&I. Para tanto, este capítulo se estrutura em duas seções: na qual a primeira seção busca apresentar a crescente influência da CT&I nas relações internacionais, num contexto cercado de novos temas e atores (um foco para as startups e agentes do sistema de inovação); enquanto a segunda seção apresenta as transformações gerais da diplomacia moderna e respectivamente, a diplomacia científica e a diplomacia da inovação.

2.1 A CRESCENTE INFLUÊNCIA DA CT&I NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Esta seção tem por objetivo apresentar a crescente influência da ciência, tecnologia e inovação nas relações internacionais. Antes de passar às mudanças que as novas tecnologias e a inovação têm operado nas relações externas dos países, é necessário conceituar o que se entende por CT&I.

De acordo com Brooks (1980, p. 66), "ciência seria entender o como e o porquê das coisas serem como são", enquanto a tecnologia seria "o meio pelo qual o conhecimento científico passa a cumprir propósitos humanos, através da aplicação deste conhecimento de uma maneira específica e reproduzível" (BROOKS, 1980, p. 66, tradução nossa, com adaptações)². A inovação, por sua vez, seria "o processo pelo qual a tecnologia é concebida, desenvolvida, codificada e implantada em larga escala [...]" (BROOKS, 1980, p. 67, tradução nossa)³, ou ainda, em conceito divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2006, p. 55),

uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas.

É importante ressaltar que o desempenho positivo e competitivo da inovação está relacionado às suas interações com o sistema interno e externo no qual a

² No texto original: "But rather than knowledge of how and why things are as they are, it is knowledge of how to fulfill certain human purposes in a specifiable and reproducible way".

³ No texto original: "The process by which technology is conceived, developed, codified, and deployed on a large scale [...]".

inovação está inserida. Para tanto, é necessário não só um microambiente propício para o seu desenvolvimento, mas também um sistema capaz de gerar, adquirir e difundir a inovação (CASSIOLATO; LASTRES, 2005). De acordo com Cassiolato e Lastres (2005, p. 37), sistemas de inovação são "um conjunto de instituições distintas que contribuem para o desenvolvimento da capacidade de inovação e aprendizado de um país, região, setor ou localidade – e também o afetam".

Desta forma, no debate sobre sistemas de inovação, modelos vêm surgindo como meios de desenvolver condições para esse ambiente de inovação e conhecimento. Um destes modelos, seria a hélice tríplice, atuando "como um modelo de inovação em que a universidade/academia, a indústria e o governo, como esferas institucionais primárias, interagem para promover o desenvolvimento por meio da inovação e do empreendedorismo" (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017, p. 24-25). Conforme Etzkowitz e Zhou (2017), é destacado o papel das lideranças e empreendedorismo neste modelo de desenvolvimento da inovação, no qual é possível reunir múltiplos atores em um único projeto. É neste contexto, que surgiriam como atores importantes as startups, à exemplo do Vale do Silício, que com apoio das universidades, do sistema no qual estavam inseridas e de políticas públicas, geraram crescimento econômico e o desenvolvimento do sistema de inovação regional. Agora, o que seria uma startup? De acordo com Blank (2010, tradução nossa)⁴, "startup é uma organização moldada para procurar um modelo de negócios repetível e escalável", entendida como uma empresa em estado nascente e termo o qual, representa um estado temporário de uma empresa composta dos elementos supracitados. Em virtude destas características, seria possível observar a crescente importância dessas chamadas startups como um dos meios para acelerar o desenvolvimento econômico de um país (BANCO, 2018)⁵.

Junto deste contexto inovativo, sincronicamente ao fenômeno da globalização, competitividade das empresas e comercialização de produtos e

⁴ No texto original: "A startup is an organization formed to search for a repeatable and scalable business model".

⁵ Apesar de parecer estranho a importância de uma empresa em estado nascente para o desenvolvimento econômico de um país, isto ocorre em consideração aos elementos desse tipo de empreendimento; os quais observam-se na ideia de Banco (2018, p. 06) de que "startups desenvolvem produtos e serviços geralmente inovadores e com potencial de rápido crescimento". Logo, startups trariam soluções que podem acelerar o desenvolvimento econômico de um país em virtude do tamanho da organização em comparação a uma grande empresa tradicional. Além disso, startups possuem interações mais ágeis com o mercado e são capazes de se conectar mais rapidamente com pesquisadores e demais empreendedores por se encontrarem dentro de um ambiente chamado ecossistema de inovação (BANCO, 2018).

serviços em escala global (PROZCZINSKI; STEINBRUCH, 2014; OCDE, 2014), que o processo inovativo passa a transpor as barreiras nacionais e encontra o ambiente de concorrência internacional (RIBEIRO et al., 2010). Conforme a OCDE (2014, p. 21)⁶, "a capacidade de um país de gerar e se beneficiar da inovação depende principalmente desse sistema complexo", o qual seria a interação entre atores diversos, universidade, empresas e centros de pesquisa e o governo. Assim, em motivo da globalização dos mercados e grandes investimentos em ciência e tecnologia, as condições sobre as quais os sistemas de inovação operam estão mudando, pois há uma crescente necessidade de cooperação para desenvolvimento de pesquisas em CT&I de alcance global, as quais criam ambientes para identificação de talentos, atração de investimentos, reduzem custos e riscos (OCDE, 201).

Ademais, de acordo com Cruz Junior (2010), diplomata de carreira, o desenvolvimento não pode mais ser dissociado da inovação e esta, por sua vez, necessita de acesso a redes de colaboração internacional, a chamada inovação aberta (CRUZ JUNIOR, 2010; BOUND, 2016). Justamente por isso, a afirmação a seguir do diplomata Silva (2018, p. 323), nos ajuda a complementar essa ideia, visto que

a ação internacional em favor do desenvolvimento dos sistemas nacionais de inovação tem crescido em importância à medida que as cadeias de produção de conhecimento e de tecnologia se tornaram mais distribuídas e os países passaram a concorrer por capital humano, capital de risco internacional e investimentos corporativos em P&D, entre outros ativos.

Assim, como bem observado por Skolnikoff (1993), não basta um país possuir tecnologias, é necessário, na atual conjuntura, conseguir acompanhar os progressos dos países avançados e produzi-los e replicá-los em seus respectivos países para manter a competitividade de um país. É neste contexto então que a diáspora poderia ser considerada "um 'braço estendido' do sistema nacional de inovação" (CRUZ JUNIOR, 2010, p. 307), e que as startups poderiam atuar como catalisadoras de novas oportunidades para a economia e para os sistemas de inovação nacionais a partir do momento que decidissem internacionalizar, visto que o tempo para esse processo seria mais curto, já que possuem acesso e conexão mais ágil aos *hubs* e

⁶ No texto original: "The ability of a country to generate and benefit from innovation depends primarily on this complex system".

ecossistemas de inovação externos, e o ritmo com o qual adquirem e produzem inovação seja mais acelerado (OVIATT; MCDOUGALL; LOPER, 1995; BANCO, 2018).

Frente a esta internacionalização dos atores do sistema de inovação, os governos tem ocupado um papel importante na coordenação de estratégias relacionadas a políticas de inovação e colaborações internacionais para CT&I (OCDE, 2014), demonstrando desta forma, que não somente as empresas (startups) estão buscando a internacionalização, mas também todo o arranjo institucional que pode se beneficiar dos resultados disso.

Isto posto, embora a interação entre atores nacionais e internacionais na área de CT&I que os parágrafos anteriores retratam pareça dialogar somente com um panorama recente, cercado de conceitos modernos, como inovação e startups, este tipo de colaboração, a qual tem raiz na cooperação para o desenvolvimento de ciência básica e aplicada, além da manutenção das relações interestatais, ocorre há tempos. Por exemplo, as cooperações entre Reino Unido e Estados Unidos para intercâmbio científico num período próximo a Segunda Guerra Mundial, ou mesmo os acontecimentos da Guerra Fria, no qual as organizações científicas eram canais de comunicação informal entre Estados Unidos e Rússia (ROYAL SOCIETY, 2010).

Situações como essas acima expostas, tornaram-se relevantes para o estudo no campo das relações internacionais, que passou a tentar entender os impactos dos avanços científicos e tecnológicos nele. Neste campo teórico das relações internacionais, pode-se observar as ideias de Skolnikoff (1993), o qual considerou entre as principais influências dos avanços científicos, a dependência externa sobre a qual os países estavam operando e uma crescente competitividade entre as nações para acesso ao conhecimento, embora ainda veja a articulação do Estado como ator principal. Em contrapartida, Weiss (2005) foi mais a frente ao afirmar a influência mútua entre a C&T e as relações internacionais, sugerindo uma disciplina independente no campo, além de considerar que todos esses avanços têm alterado a arquitetura do sistema internacional, criando novos temas de discussão e promovendo desta forma, novos conceitos e ideias para as teorias de relações internacionais.

Neste meio-tempo, mais recentemente, duas interfaces específicas dessa relação entre relações internacionais e CT&I têm ganhado destaque: a Diplomacia Científica e a Diplomacia da Inovação.

2.2 MUDANÇAS NO PAPEL DA DIPLOMACIA: A DIPLOMACIA CIENTÍFICA E A DIPLOMACIA DA INOVAÇÃO

Antes de falar especificamente sobre diplomacia científica e da inovação é necessário ressaltar algumas transformações na diplomacia, como prática mais geral, na qual aquelas práticas específicas se inserem.

Quando se pensa em diplomacia, geralmente a imagem de um agente do Estado representando o seu país em outro vem à mente, seja para discussões em fóruns internacionais ou assinando acordos bilaterais. Isso porque, por muito tempo, a diplomacia esteve relacionada a práticas governamentais que tratavam de assuntos de guerra e paz. No entanto, Cooper, Heine e Thakur (2013, p. 47, tradução nossa)⁷, propõem um conceito mais amplo de diplomacia, ressaltando a interação entre Estados e outros atores:

a diplomacia em sua essência é a condução de relacionamentos, por meios pacíficos, por e entre atores internacionais, onde pelo menos um dos quais é geralmente governamental. Os atores internacionais típicos são os Estados e a maior parte da diplomacia envolve relação entre Estados diretamente ou entre Estados, organizações internacionais e outros atores internacionais.

De fato, observa-se que atualmente os atores da diplomacia e da política externa são heterogêneos, num jogo de relações externas entre Estados e setores transnacionais dos mais variados tipos, os quais também possuem distintas formas de interagir e atuar, além de um conjunto extremamente variado de temáticas (HILL, 2003). Não somente os atores mudaram, trazendo à superfície a participação das multinacionais, organizações não-governamentais, cientistas, indivíduos, entre outros, mas também o papel da diplomacia que passa a lidar com novos temas (COOPER, HEINE, THAKUR, 2013; LEIJTEN, 2016; SILVA, 2018). Há temáticas como saúde, mudanças climáticas, economia, desenvolvimento, ciência, tecnologia e inovação; e cada uma dessas temáticas recebe uma nomeação própria, seja por diplomacia econômica, cultural, diplomacia da saúde, dos refugiados e tantas outras,

⁷ No texto original: "Diplomacy at its essence is the conduct of relationships, using peaceful means, by and among international actors, at least one of whom is usually governmental. The typical international actors are states and the bulk of diplomacy involves relations between states directly, or between states, international organizations, and other international actors".

gerando uma vasta interação entre os atores, temáticas e níveis nos quais são discutidas (COOPER; HEINE; THAKUR, 2013).

A emergência de novos temas e novos atores nas relações internacionais exige das instituições diplomáticas um conhecimento cada vez mais técnico e profundo de cada campo específico, assim como uma flexibilidade na interação com cada ator que encontrar na mesa de negociação (COOPER, HEINE, THAKUR, 2013; LEIJTEN, 2016). Em um contexto marcado pela maior interdependência internacional proporcionada pelos avanços tecnológicos, e a ascensão para a chamada "sociedade do conhecimento", na qual a inovação e políticas de inovação tem crescente importância, de forma que abrangem até mesmo a política externa (LEIJTEN, 2017); os Estados se viram forçados a abrirem espaços de coordenação das políticas nacionais para novos atores, multinacionais e organizações não governamentais, circunstâncias estas que complexificaram a tomada de decisões para os órgãos estatais. As dificuldades são encontradas principalmente nos Ministérios de Relações Exteriores e seus diplomatas, que em decorrência da grande demanda de novas agendas em um ambiente carregado de informações, tem apresentado dificuldades em adaptar institucionalmente e de maneira comportamental esses novos debates (COOPER; HEINE; THAKUR, 2013).

Essas mudanças vêm marcando uma passagem da diplomacia tradicional, de "clubes" envolvendo poucos atores (apenas diplomatas) hierarquia e baixa transparência, para uma "*diplomacia em redes*", composta de atores variados e conexões em diferentes níveis, regras pouco específicas e onde é necessário um maior grau de transparência. (COOPER; HEINE; THAKUR, 2013).

Uma vez esclarecidos os conceitos e dinâmicas da CT&I e da diplomacia podemos passar à diplomacia científica e da inovação, temas das próximas subseções.

2.2.1 A Diplomacia Científica

A diplomacia científica tem como contexto de emergência tanto o pós Segunda Guerra e a Guerra Fria, de rivalidade entre potências, quanto o avanço no processo de globalização, a ascensão de novos temas da agenda global e percepção de desafios comuns entre os países (tais como, mudanças climáticas, terrorismo e proliferação nuclear). Um dos casos mais mencionados no âmbito das

práticas da diplomacia científica são os projetos de *big science*⁸, que contribuíram tanto para somar recursos de diversos Estados para promover a CT&I quanto para amenizar as tensões políticas e diplomáticas durante a Guerra Fria (FLINK; SCHREITERER, 2010; TUREKIAN et al., 2015).

Apesar de a diplomacia científica ter emergido há décadas, é a partir dos anos 2000 que se observam ações práticas e consistentes de *policy-makers* em nível global, assim como o crescimento de publicações sobre o tema. Um exemplo é o caso japonês, o qual tem buscado dar encaminhamentos e implementar uma política formal para a diplomacia científica desde 2007 (CABINET OFFICE, 2007).

Em termos de produção intelectual, o tema passou a receber maior destaque após a publicação em 2010 do relatório "*New Frontiers in Science Diplomacy*", elaborado pela *Royal Society* em parceria com a *American Association for the Advancement of Science (AAAS)*. Como bem exposto pelo relatório, o conceito da diplomacia científica é fluído e por isso, existem conceitos diversos. O Quadro 1, a seguir, reúne os conceitos da *Royal Society* (2010)⁹, de Nina Federoff, Assessora de Ciência e Tecnologia do Secretário de Estado dos EUA, agregado ao mesmo relatório¹⁰ (ROYAL SOCIETY, 2010), de Turkekian (2015)¹¹ e Ruffini (2015)¹².

⁸ São projetos de grande investimento e inviáveis na produção individual. A título de exemplo, é possível citar a Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN). A organização possui um laboratório multinacional para física atômica, com o maior acelerador de partículas do mundo, criado após o fim da Segunda Guerra e financiado por 23 Estados membros. Para mais informações, acesse: <https://home.cern/>.

⁹ No texto original: "Science diplomacy seeks to strengthen the symbiosis between the interests and motivations of the scientific and foreign policy communities. For the former, international cooperation is often driven by a desire to access the best people, research facilities or new sources of funding. For the latter, science offers potentially useful networks and channels of communication that can be used to support wider policy goals".

¹⁰ No texto original: "Science diplomacy is the use of scientific interactions among nations to address the common problems facing humanity and to build constructive, knowledge based international partnerships".

¹¹ No texto original: "[...] the process by which states represent themselves and their interests in the international arena when it comes to areas of knowledge — their acquisition, utilization and communication — acquired by the scientific method".

¹² No texto original: "At the intersection of science and foreign policy, a country's science diplomacy refers to all practices in which actions of researchers and of diplomats interact. These practices may be directly related to the interests of governments: this is the case when diplomats promote cooperation between scientists from different countries, whereas conversely international scientific relations facilitate the exercise of diplomacy or play an avant-garde role for it, and finally when scientific expertise helps governments and their diplomats to prepare and conduct international negotiations".

Quadro 1 - Conceitos da Diplomacia Científica

Autor	Conceito
Royal Society	"A diplomacia científica busca fortalecer a simbiose entre os interesses e as motivações das comunidades científicas e da política externa. Para os primeiros, a cooperação internacional geralmente é impulsionada pelo desejo de acessar as melhores pessoas, instalações de pesquisa ou novas fontes de financiamento. Para esta última, a ciência oferece redes e canais de comunicação potencialmente úteis que podem ser usados para apoiar objetivos políticos mais amplos" (2010, p. vi, tradução nossa)
Federoff	"Diplomacia científica é o uso de interações científicas entre nações para resolver os problemas comuns que a humanidade enfrenta e para construir parcerias internacionais construtivas baseadas no conhecimento" (2010, p. 02, tradução nossa)
Turekian	"[...] o processo pelo qual os estados representam a si mesmos e seus interesses na arena internacional quando se trata de áreas do conhecimento - aquisição, utilização e comunicação - adquiridas pelo método científico" (2015, p. 4, tradução nossa)
Ruffini	"No cruzamento da ciência com a política externa, a diplomacia científica de um país se refere a todas as práticas nas quais as ações de pesquisadores e diplomatas interagem. Essas práticas podem estar diretamente relacionadas aos interesses dos governos: é o caso quando diplomatas promovem a cooperação entre cientistas de diferentes países, enquanto as relações científicas internacionais facilitam o exercício da diplomacia ou desempenham um papel de vanguarda e, finalmente, quando são científicas, a experiência ajuda os governos e seus diplomatas a preparar e conduzir negociações internacionais" (2015, p. 15, tradução nossa)

Fonte: Elaboração própria com base em Royal Society (2010), Turekian (2015) e Ruffini (2015).

A partir do quadro acima, os conceitos sobre diplomacia científica convergem em elementos de cooperação e representação dos interesses dos Estados quando tratando de assuntos que envolvam áreas do conhecimento. Convergem principalmente nas dinâmicas envolvendo a interação entre diplomatas e comunidades científicas, no qual os interesses dos Estados se apresentam, enquanto mostram-se divergentes quanto à utilização da diplomacia científica para a resolução de problemas globais.

Além dos conceitos, a literatura sobre a diplomacia científica discute quais são os seus objetivos. A categorização mais difundida foi a proposta pela *Royal Society* (2010) e por trabalhos envolvendo o então diretor da AAAS, Turekian (2015), e aparece reproduzido em trabalhos acadêmicos como o de Ruffini (2015). Todos concordam que os objetivos da diplomacia científica podem ser categorizados em três dimensões,

informar os objetivos da política externa com aconselhamento científico (ciência da diplomacia); facilitar a cooperação científica internacional (diplomacia para a ciência); usar a cooperação científica para melhorar as relações internacionais entre os países (ciência para a diplomacia) (ROYAL SOCIETY, 2010, p. vi, tradução nossa)¹³.

Diversos autores também mencionam, de forma específica, o papel da colaboração científica para resolver problemas comuns e construir parcerias globais para avanços em ciência e tecnologia (FLINK; SCHREITERER, 2010; RUFFINI, 2015; BOUND, 2016; LEIJTEN, 2017).

Para além disso, Flink e Schreiterer (2010) elaboraram três objetivos para caracterizar as estratégias e políticas de promoção da diplomacia científica, as quais são: i. acesso à pesquisadores, capital e recursos; ii. promoção das conquistas de P&D de um país, com objetivos em atrair talentos, pesquisadores e empresas e; iii. uma forma de influenciar a opinião pública de outros países através de *soft power*.

Outros objetivos que podem ser encontrados na diplomacia científica e que são ressaltados por Leite e Gayard (2019), são os propósitos políticos, econômicos e de bens globais. Quanto a objetivos políticos, estes dizem respeito ao mecanismo de influência que um país pode usufruir ao ser conhecido como provedor de ciência, tecnologia e inovação. Por objetivos econômicos, salienta-se a promoção com institutos de pesquisa e outros departamentos que poderiam apoiar a atração de talentos, assim como outros recursos que contribuam para a competitividade dos negócios nacionais. Por fim, o objetivo de bens globais estaria relacionado à resolução de problemas globais em área diversas, desde saúde até alimentação (LEITE; GAYARD, 2019).

Conforme pode ser notado no quadro abaixo, todos os autores (*Royal Society*, 2010¹⁴; Turekian, 2015¹⁵; FLINK e SCHREITERER, 2010¹⁶; RUFFINI, 2015¹⁷), que discutem a diplomacia científica convergem no seu entendimento como um instrumento de *soft power*. Por *soft power*, entende-se "a capacidade de

¹³ No texto original: "informing foreign policy objectives with scientific advice (science in diplomacy); facilitating international science cooperation (diplomacy for science); using science cooperation to improve international relations between countries (science for diplomacy)".

¹⁴ No texto original: "Science is a source of what Joseph Nye terms 'soft power'".

¹⁵ No texto original: "Science diplomacy is a significant generator of soft power (Nye, 2004) — that potent form of attraction that harnesses national image, reputation, and brand".

¹⁶ No texto original: "As for influence, the use of S&T as a collaborative venue, 'soft power' and bridge-builder between nations [...]".

¹⁷ No texto original: "A broader context, however, which highlighted science diplomacy, is today's acknowledged importance of soft power and of the diplomacy of influence".

conseguir o que você deseja através da atração, em vez de coerção ou pagamento. Surge da atratividade da cultura, dos ideais políticos e das políticas de um país" (NYE, 2004, p. x)¹⁸.

Quadro 2 - A diplomacia científica como instrumento de *soft power*

Autor	Descrição
Royal Society	"A ciência é uma fonte do que Joseph Nye chama de ' <i>soft power</i> '" (2010, p. 15, tradução nossa)
Turekian	"A diplomacia científica é um gerador significativo de <i>soft power</i> (Nye, 2004) - essa forma potente de atração que aproveita a imagem, reputação e marca nacionais" (2015, p. 5, tradução nossa)
Flink e Schreiterer	"Quanto à influência, o uso da C&T como fonte de colaboração, ' <i>soft power</i> ' e construtor de pontes entre nações [...]" (2010, p. 676, tradução nossa)
Ruffini	"Um contexto mais amplo, no entanto, que destacou a diplomacia científica, é hoje a importância reconhecida do <i>soft power</i> e da diplomacia de influência" (2015, p. 13, tradução nossa)

Fonte: Elaboração própria com base em Royal Society (2010), Flink e Schreiterer (2010), Ruffini (2015), Turekian (2015).

Desta maneira, compreende-se que a ciência e todo o arranjo da diplomacia científica são entendidos pelos autores e reconhecida como fonte de *soft power* para um país. Um Estado poderia em muito se beneficiar da imagem atrativa gerada a partir das políticas voltadas ao desenvolvimento de colaborações para a CT&I, atraindo desta forma, pesquisadores, capital e recursos naturais ao seu respectivo país.

Outro ponto que pode ser ressaltado a respeito do *soft power*, é de que este "[...] não é meramente o mesmo que influência. [...] é mais do que apenas persuasão ou a capacidade de mover as pessoas pelo argumento, embora essa seja uma parte importante. É também a capacidade de atrair, e a atração geralmente leva à aquiescência" (NYE, 2004, p. 6)¹⁹. Assim, quando se tratando de diplomacia científica, o trabalho de Ruffini (2015) se destaca do ponto de vista teórico por propor uma elaboração mais profunda sobre a diplomacia científica como uma diplomacia da influência e persuasão. O autor enxerga na diplomacia científica, a promoção de interesses e valores, visto que centros de pesquisa de alto desempenho atraem pesquisadores de todo o mundo, enriquecendo aquele centro e

¹⁸ No texto original: "It is the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments. It arises from the attractiveness of a country's culture, political ideals, and policies".

¹⁹ No texto original: "[...] is not merely the same as influence. [...] is more than just persuasion or the ability to move people by argument, though that is an important part of it. It is also the ability to attract, and attraction often leads to acquiescence".

consequentemente o respectivo país de destino. No qual é possível concluir, que traria poder e influência ao Estado portador destas atrações.

Além dos objetivos da diplomacia científica, outro ponto bastante discutido pela literatura são seus atores. Flink e Schreiterer (2010) afirmam que há uma infinidade de atores além dos estatais que permeiam o dia a dia da diplomacia científica, tais como atores não governamentais, empresas e centros de pesquisa. De maneira similar, a *Royal Society* (2010) e Turekian (2015), concordam com a participação de atores governamentais e não governamentais e complementam com as organizações/comunidades científicas e academias nacionais. De outro lado, Ruffini (2015) parece acreditar que apesar do Estado atuar na articulação das condições para a execução da diplomacia científica, os atores primordiais são as instituições científica e de pesquisa.

De tal forma, uma das discordâncias entre os autores que refletem sobre a diplomacia científica é se ela envolve apenas atores estatais e cientistas ou se também envolvem atores do setor privado. Devido ao reconhecimento da importância dos últimos como atores do sistema de inovação, e da relevância de seus processos de internacionalização apoiados pelo Estado, o conceito de diplomacia científica começa a dar espaço para o conceito de diplomacia da inovação, discutido abaixo.

2.2.2 A Diplomacia da Inovação

Embora a Diplomacia da Inovação não possua um conceito definido, possui em si elementos, práticas e um contexto específico de emergência, os quais serão apresentados nesta seção.

O contexto no qual se inaugura a diplomacia científica é abordada por Leijten (2017), no qual expõe quatro dimensões das relações exteriores afetadas pela CT&I, as quais seriam a: i. complexidade crescente e interdependência entre os países em temas diversos; ii. maior colaboração e abertura; iii. crescimento da sociedade do conhecimento e; iv. aglomeração e globalização; a qual é importante ressaltar que, enquanto ocorre a aglomeração da CT&I em regiões de forma fragmentada, também se sucede o processo da globalização simultaneamente. Demonstra-se ainda que as capacidades de desenvolver, manipular e usar o conhecimento e tecnologia "[...] tendem a se aglomerar nos chamados *clusters*, *hubs* de inovação ou mega regiões" no qual, ainda observa-se

que "[...] há um número limitado de *hubs* desse tipo em todo o mundo" (LEIJTEN, 2017, p. 7, tradução nossa²⁰); questão esta que pode contribuir para comportamentos e ações ambíguas, pois enquanto há colaboração em prol do desenvolvimento da CT&I, onde ambos os lados conseguem colher seus interesses mútuos, também pode ocorrer o que Bound (2016) chamou de "mercantilismo da inovação", no qual países exploram seus interesses de forma discriminatória através dessas colaborações.

Com este contexto, é possível seguir esse debate com as abordagens utilizadas por Leijten (2017)²¹ e Bound (2016)²² sobre a diplomacia da inovação, compilados no quadro abaixo.

Quadro 3 - Conceitos de Diplomacia da Inovação

Autor	Conceito
Leijten	"o futuro da diplomacia da inovação é o resultado de interações entre as características evolutivas da CT&I, por um lado, e das relações e políticas externas, de outro" (2017, p. 2, tradução nossa)
Bound	"À primeira vista, esses esforços na diplomacia da inovação parecem apenas uma continuação da diplomacia científica em uma arena um pouco mais comercial. No entanto, é exatamente isso que torna a colaboração internacional mais complexa: questões espinhosas precisam ser resolvidas sobre quais partes do relacionamento estão capturando os benefícios comerciais e públicos. Isso não quer dizer que colaborar com inovação seja um jogo de soma zero; pelo contrário, essa colaboração geralmente resulta em fortes vantagens mútuas" (2016, p. 91, tradução nossa)

Fonte: Elaboração própria com base em Bound (2016) e Leijten (2017).

A partir das abordagens trazidas pelos pesquisadores no quadro acima, percebe-se que a diplomacia da inovação por um lado, é uma evolução da diplomacia científica e das relações que já vinham sendo trabalhadas em apoio aos diplomatas com outros atores, em especial as redes de cientistas. Na diplomacia da inovação, no entanto, observa-se através da conceituação que o foco é a inovação e o âmbito comercial.

²⁰No texto original: "They have a tendency to agglomerate in what are called clusters, innovation hubs or mega-regions. [...] There is a limited number of such hubs around the world".

²¹No texto original: "The future of innovation diplomacy is the outcome of interactions between the evolving characteristics of STI on the one hand and of foreign relations and foreign policies on the other".

²²No texto original: "At first blush, these efforts at innovation diplomacy look merely like a continuation of science diplomacy into a somewhat more commercial arena. Yet this is precisely what makes international collaboration more complex: thorny questions need to be resolved about which parties in the relationship are capturing the commercial as well as the public benefits. This is not to say that collaborating on innovation is a zero-sum game; on the contrary, such collaboration often results in strong mutual advantages".

Desta forma, Silva (2018) observa que a Diplomacia da Inovação teria como objetivo o desenvolvimento das vantagens competitivas do respectivo país, e apesar de não abandonar a colaboração na diplomacia, a diplomacia da inovação estaria centrada em políticas e relações para o desenvolvimento da capacidade inovadora nacional. O diplomata ainda observa que,

a atividade científica, assim como o desenvolvimento tecnológico, constitui apenas parte de um sistema de inovação, que tem como objetivo maior a tradução de ideias e conhecimentos originais em benefícios sociais e econômicos concretos. Há, portanto, uma dimensão prática e comercial do novo arcabouço, que, em geral, não integra a agenda tradicional da política externa de C&T (SILVA, 2018, p. 322).

De igual maneira, Leijten (2016) parece acordar que as novas práticas - diplomacia da inovação -, aproximam-se de objetivos econômicos, e até mesmo observa alguns exemplos que poderiam ser considerados como ações da diplomacia da inovação, tais como, apoio à indústria no desenvolvimento de redes de inovação e cadeias de valor; apoio à pesquisa e educação colaborativa internacional; acesso a instalações estratégicas de pesquisa; apoio ao desenvolvimento de uma cultura da inovação, entre outros (LEIJTEN, 2017).

Enquanto isso, Bound (2016) classifica quatro atividades as quais as práticas de Diplomacia da Inovação deveriam atuar, quais sejam, i. exercendo "*soft power*" e influência através da atratividade da nação; ii. construindo parcerias comerciais entre empresas e universidades (base para um crescimento econômico e competitividade); iii. criando uma estrutura condicionada para a inovação e; iv. incentivando e possibilitando a colaboração entre agentes públicos, privados e organizações não governamentais para o enfrentamento de problemas globais.

Observa-se dessa maneira, que os objetivos da diplomacia da inovação não divergem tanto dos objetivos da diplomacia científica, visto que ambas possuem propósitos econômicos, voltam-se para o enfrentamento de problemas globais e podem ser interpretadas como uma forma de *soft power*.

Quanto aos atores dessa prática diplomática, observa-se de acordo com Bound (2016), uma variedade de atores além do governamental, entre eles, agências nacionais de inovação, empresas de todos os portes, organizações não governamentais e filantrópicas e novos órgãos supranacionais ou multilaterais (como exemplo: Conselho Europeu de Inovação). Além dos demais atores já mencionados,

Leijten (2017) também observa a presença marcante das empresas, enquanto Cruz Junior (2010) ainda chama a atenção para a importância da articulação com a comunidade científica. Através disso, nota-se que os atores da diplomacia da inovação também não se diferenciam expressamente daqueles da diplomacia científica. A maior diferença parece constar no direcionamento primário, no qual a diplomacia científica volta-se às comunidades científicas, enquanto a diplomacia da inovação volta-se a empresas e demais atores do sistema de inovação. Neste ponto, também é possível verificar que a diplomacia da inovação se enquadra no que a literatura configura como uma "*diplomacia em redes*", visto que ocorre a interação de atores governamentais e outros atores, desde empresas até centros de inovação.

Acrescenta-se ainda à essa discussão, o debate sobre a abreviação da CT&I ou sua união em Diplomacia da Ciência, Tecnologia e Inovação (DCT&I) (AWTI, 2017; LEIJTEN, 2017). De um lado, Bound (2016) sustenta que a diplomacia da inovação não deveria ser vista apenas como um complemento da diplomacia científica, mas como um conjunto distinto de atividades e capacidades. Enquanto a partir do relatório consultivo da AWTI (2017), entende-se que apesar de não haver problema na utilização do acrônimo DCT&I, é necessário que os articuladores entendam estrategicamente o conjunto de ferramentas que possuem e com quais atores buscam trabalhar para chegar aos objetivos almejados.

Portanto, em acordo com as informações expostas neste capítulo, é possível entender na diplomacia da inovação, como bem exposto por Bound (2016) e Silva (2018), uma associação entre elementos de colaboração internacional, através da inovação aberta e outras iniciativas conjuntas de P&D, e ações de cunho comercial, de estímulo ao empreendedorismo, de promoção e inserção de atores e tecnologias nacionais em cadeias globais de valor, ações essas, que poderiam envolver, por exemplo, as startups. Entre as considerações finais sobre a diplomacia da inovação, é relevante apontar o que Cruz Junior (2010, p. 300) ressalta através do relatório da sessão de "Diplomacia da Inovação" no qual,

para os países que ainda não lograram construir uma plena economia do desenvolvimento, no entanto, diplomacia da ciência, como ciência aplicada, é, sobretudo, diplomacia da inovação. Nesse sentido, conceitos como globalização, ciência, diplomacia, inovação e desenvolvimento tornam-se crescentemente articulados e indiscerníveis entre si.

Por fim, destaca-se que a diplomacia da inovação, tal como foi observado na diplomacia científica, possui elementos de *soft power*, neste caso utilizando a inovação, ou mesmo o sistema de inovação nacional, como instrumento de atração de talentos e empresas, os quais poderiam apoiar o desenvolvimento econômico e social de um país.

2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos elementos analisados neste capítulo, conclui-se que a interação cada vez maior entre relações internacionais e CT&I tem aberto dois caminhos simultâneos, um no qual os Estados cooperam mais, em decorrência da necessidade de resolverem problemas globais e de desenvolverem tecnologias e inovação de alcance global; e outro caminho no qual observa-se uma maior competição pelo aglomerado das tecnologias, desde as empresas até os países, a fim de conseguir atrair os melhores talentos, desenvolver as melhores tecnologias e em vista disto, no caso das empresas, atingir os maiores lucros, ao passo que os países, obteriam maior poder internacionalmente, além de desenvolvimento econômico.

Esses espaços de colaboração e competição abarcam novos atores além daqueles agentes diplomáticos tradicionais, trazendo consigo desafios para a coordenação da política externa e para a atuação internacional de um Estado. Nesse novo ambiente, instaura-se a chamada "diplomacia em rede", que abarca a interação de atores tradicionais com atores como a comunidade científica, empresas e ONGs. Estes novos atores por sua vez, interagem em uma ampla gama de temas, como saúde, mudanças climáticas, educação, migração e refúgio e CT&I.

Desta forma, partindo das premissas de que, i. o conhecimento e o acesso a recursos globais (capital humano e financeiro) é fator importante para a prosperidade econômica e o poder dos países; e, ii. o ambiente internacional e a disputa pelo conhecimento abarcam uma variedade de atores que outros além dos agentes diplomáticos do Estado, entende-se que tanto a diplomacia científica quanto a diplomacia da inovação surgem como novos instrumentos que os Estados precisam desenvolver para coordenar, regular e atuar, de forma a alcançar seus objetivos.

Nota-se entre ambas as formas de diplomacia, atores e objetivos que se enquadram e se complementam, trazendo a noção geral de que a maior divergência

entre elas se encontra nos atores principais foco; a diplomacia científica com diplomatas e cientistas enquanto a diplomacia da inovação traria uma nova relação entre diplomatas, empresas e demais atores do sistema de inovação. Ressalta-se ainda, que a diplomacia da inovação parece ter por objetivo criar condições para o desenvolvimento da capacidade inovadora de seu respectivo país, através da competitividade das empresas e inserção destas e de tecnologias nacionais nas cadeias globais de valor. Por fim, conclui-se que há convergência entre analistas da diplomacia científica e da diplomacia da inovação no seu enquadramento como instrumento de *soft power*, usando o poder sedutivo da ciência ou da inovação para a obtenção de ganhos relacionados ao desenvolvimento social, econômico e à segurança dos Estados.

3 A EMERGÊNCIA DA DIPLOMACIA DA INOVAÇÃO NO BRASIL

O objetivo deste capítulo é apresentar a emergência da diplomacia da inovação no Brasil, no qual o programa StartOut Brasil do seguinte capítulo se situa. Antes de entrar especificamente no programa, é necessário contextualizá-lo como parte da diplomacia da inovação, liderada pelo MRE no âmbito de mudanças mais amplas realizadas pelo ministério para dialogar com outros atores relevantes para a política externa brasileira, convergindo com a chamada “*diplomacia em redes*”.

Desta forma, este capítulo se estrutura a partir de uma primeira seção que apresenta as recentes transformações da política externa brasileira, na qual abre-se espaço de atuação para atores não governamentais em questões internacionais e; em uma segunda seção, a qual aborda a inserção das temáticas de CT&I no Itamaraty que culminam na configuração de uma diplomacia da inovação.

3.1 AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

O fim da competição bipolar, a diversificação das parcerias políticas, os fenômenos da globalização e da liberalização econômica, as crises financeiras e os avanços tecnológicos têm modificado a forma do Estado de tratar a política externa (PINHEIRO; MILANI, 2011). Assim, observa-se que entender política externa atual, de acordo com Pinheiro e Milani (2011), é reconhecer dois aspectos. O primeiro diz respeito ao estreitamento entre política externa e políticas públicas, enquanto o segundo apresenta o movimento de internacionalização dessas políticas públicas, tal qual tem sido feito no Brasil, em temas como educação, saúde, desenvolvimento agrícola entre outros. É observado por Pinheiro e Milani (2011) que faz parte do passado atribuir a coordenação das decisões de política externa no Brasil a um único ator, o Itamaraty. Apesar de o ministério permanecer relevante, a “horizontalização da política externa”²³ (FRANÇA; SANCHEZ, 2009) e a diversidade de vínculos intergovernamentais e intersociais passam a desafiar sua capacidade de coordenação (PINHEIRO; MILANI, 2011).

²³ Se refere ao processo pelo qual a política externa brasileira passa a abarcar atores, além do Itamaraty, com competências para formular política externa (FRANÇA; SANCHEZ, 2009).

Esta ampliação de vínculos e descoordenação está ligada ao processo de globalização no qual insere-se o país e transformações recentes da diplomacia moderna. É possível conectar as transformações envolvendo o Itamaraty com aquelas que incorporam o capítulo anterior. Entende-se que os avanços tecnológicos, a globalização e os regimes democráticos do mundo têm aberto espaço para a emergência de agentes não estatais na política externa, da mesma forma que abriu espaço para novas áreas de debate. A crescente participação destes atores não estatais em fóruns de formulação e debates de posições internacionais mostra que uma ampla rede de atores e instituições (empresas, organizações não governamentais, movimentos sociais, meios de comunicação social, organismos públicos da esfera estadual e municipal), passa a influenciar a política externa brasileira (PINHEIRO; MILANI, 2011). Contudo, cabe ainda ao MRE, em última instância e no âmbito do Estado, a competência de órgão decisório da política externa brasileira (PINHEIRO; MILANI, 2011), sendo necessário incorporar novos temas à sua gestão.

Observa-se no caso brasileiro, a partir dos anos 80, uma migração de diplomatas para outras agências governamentais, enquanto os anos 90, simultaneamente à globalização, foram marcados por uma crescente conexão entre política doméstica e internacional, seguindo tendências internacionais (FRANÇA; SANCHEZ, 2009). Temas da política externa foram agregados a outras agências do governo, ao mesmo tempo em que ficou clara a importância de agências e ministérios que não o Itamaraty para a atuação internacional (PINHEIRO; MILANI, 2011). Desta forma, o Itamaraty passa a não ser o único representante internacional do país, logo,

se tradicionalmente [...] era um governo nacional, o legítimo responsável pela elaboração da política externa do Estado, nas últimas décadas os diversos processos de descentralização e regionalização associados à globalização têm feito com que outros níveis de governo diferentes do nacional (supranacionais ou subnacionais) desenvolvam suas próprias políticas externas [...] (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p. 41).

Assim, "a relativa autonomia e insulamento burocrático do Itamaraty no processo de formulação e condução da política externa" (PINHEIRO; MILANI, 2011, p. 19), tem sido questionada, em razão de tamanha alteração das dinâmicas nacionais e internacionais, obrigando o Órgão diplomático de um lado a buscar

especializar-se frente às múltiplas temáticas (FRANÇA; SANCHEZ, 2009) e de outro, à tecer novas estratégias para preservar a coordenação da PEB (PINHEIRO; MILANI, 2011, p. 19). Quanto a isso, Faria (2012) aponta que o desinsulamento do Itamaraty em articulação com outras agências do governo federal, em parceria com entidades do mercado e a sociedade civil, busca socializar as ações do MRE, a diplomacia e a política internacional, obrigando o governo a lidar com uma crescente e complexa rede de atores e temas em assuntos internacionais.

Dito isto, encontra-se nestas transformações do Itamaraty um avanço no processo de horizontalização de competências para tratar com o internacional (FRANÇA; SANCHEZ, 2009). Ocorre neste ponto, uma preocupação com a fragmentação das responsabilidades na arena internacional e, portanto, pede do Estado brasileiro um gerenciamento e organização da política externa de maneira a definir os arranjos institucionais do que seria o pensado e o realizado (FRANÇA; SANCHEZ, 2009).

É dentro deste contexto marcado pela descentralização das responsabilidades em âmbito internacional, em convergência à ascensão da sociedade do conhecimento, que o Itamaraty vem inserindo e se articulando em anos recentes, com a agenda da CT&I e atores do sistema de inovação nacional, tema que será abordado na seção seguinte.

3.2 A INSERÇÃO DA TEMÁTICA DE CT&I AO ARRANJO INSTITUCIONAL DO ITAMARATY E A EMERGÊNCIA DA DIPLOMACIA DA INOVAÇÃO

De acordo com Troyjo (2003), a política externa brasileira atua em atenção aos desafios de natureza econômica do Brasil. Neste sentido, em consideração ao que Troyjo (2003) considerou como vetores de poder e riqueza que parecem delinear o século XXI, a ciência, a tecnologia e a inovação, passaram a ser pauta de discussão e atuação no Itamaraty de uma forma mais intensiva neste novo século.

Conforme apontado pelos teóricos de política externa na seção anterior (FRANÇA; SANCHEZ, 2009; PINHEIRO; MILANI, 2011; FARIA, 2012), simultaneamente ao processo de globalização e liberalização da economia, emergiram uma quantidade diversa de temas e atores que passaram a operar na arena internacional e diplomática na qual antes, somente o Itamaraty desempenhava função de ator e articulador. Agora, além de interagir com atores que se encontram fora dos *clubes* diplomáticos (COOPER; HEINE; THAKUR, 2013), e estarem atentos

aos temas da pauta global, os diplomatas "têm de dispor de amplo conhecimento geral, inclusive no campo científico e da inovação, e especializarem-se" (CRUZ JUNIOR, 2010, p. 300).

O Itamaraty possui um Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica (DCT), no qual há uma Divisão de Ciência e Tecnologia (DCTEC), que trata de acordos bilaterais, programas e projetos oficiais envolvendo a área de C&T (atualmente também inovação) no país. No entanto, com a emergência de tantas novas agendas e atores, o DCT e a DCTEC que deveriam atuar em "um papel mais centralizador de coordenação de todos os acordos e projetos oficiais desenvolvidos na área de ciência, tecnologia e inovação do país" (DANTAS, 2019, p. 103), já não consegue mais, de acordo com Troyjo (2003), contemplar todas essas iniciativas de cooperação. A partir disto, Troyjo (2003) instiga a utilização do DCT como núcleo centralizador e de orientação de tendências para a política externa envolvendo a CT&I, a qual teria como missão interagir não só com outros departamentos do Itamaraty que poderiam vir a trabalhar com a CT&I, mas também demais Ministérios, criando uma articulação conjunta governamental, em meio a sucessiva descentralização das temáticas e atores emergentes no cenário internacional. Neste sentido, podemos observar uma articulação através dos Setores de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTECs), que de acordo com a página eletrônica do Itamaraty, possui 54 destes setores em diversas Embaixadas e Consulados pelo mundo, além de SECTECs regionais no Brasil. De acordo com a página do MRE, "os SECTECs atuam no sentido de prospectar oportunidades de cooperação e projetar as potencialidades do sistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação" (MRE, 2019c).

Além disso, em anos recentes, as publicações de diplomatas sobre a temática de cooperação internacional em CT&I, com foco no desenvolvimento do sistema de inovação brasileiro tem aumentado. Da mesma forma, surgem sugestões de novas frentes de atuação para o Itamaraty e de interações com atores não tradicionais da diplomacia. Cruz Junior (2011) por exemplo, propõe que programas e projetos de cooperação internacional em CT&I passem a envolver frequentemente atores não estatais, entre eles, empresas, universidades e centros de pesquisa independentes, pois estes assumiriam um "papel determinante e de liderança na produção da inovação tecnológica e no desenvolvimento do setor econômico-industrial em questão" (CRUZ JUNIOR, 2011, p. 236). Em aquiescência, Marzano (2011) observa

através da convergência dos fatores, os quais se compõem de iniciativas conduzidas pela indústria, mas também das frentes abertas pelo governo²⁴ em relação à inovação, um momento favorável para a inserção do MRE no tema.

Marzano (2011) cita, por exemplo, a iniciativa do MRE com os Setores de Promoção Comercial e Investimentos (SECOMs) nas Embaixadas e Consulados, os quais apoiam a competitividade das empresas em terreno global, visto que "a atividade de promoção comercial complementa o processo interno de inovação, já que cuida, especificamente, de impulsionar as exportações das firmas domésticas" (MARZANO, 2011, p. 219); entretanto, observa que para além disso, o MRE poderia estar atuando como apoio ao desenvolvimento da inovação, ao criar a título de exemplo, Centros de Inovação em postos no exterior, integrando representantes de instituições brasileiras diversas (como ABDI, a APEX, o MCTIC e o Sebrae), tal qual de externas, tornando estes Centros, escritórios de referência e identificação de novas tendências internacionais de inovação, além de construir nestes Centros, ambientes de apoio e mobilização da diáspora brasileira que produz a inovação (MARZANO, 2011). Estes Centros poderiam então, na visão de Marzano (2011), ajudar a promover a visão de um Brasil inovador, de fonte de inovação e ambiente favorável a negócios.

Pode-se observar ainda entre as iniciativas com os quais o MRE tem colaborado, o Ciências sem Fronteiras, que conforme Carvalho Neto (2015, p. 81) "é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira, por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional". Ainda a esse respeito, "o programa tem servido como excepcional vitrine da diplomacia pública brasileira, [...], capaz de envolver um grande número de atores e com impactos continuados na interação do Brasil com outros países" (CARVALHO NETO, 2015, p. 82).

É frente a estas diversas iniciativas de inserção da CT&I no Itamaraty, que é possível localizar a emergência da chamada "Diplomacia da Inovação" no Brasil. Sua primeira citação em documentos oficiais pode ser encontrada nos "Relatórios de Gestão de Exercícios" do Itamaraty no ano de 2016.

²⁴ Em 2009, o MDIC (atual Ministério da Economia), criou a Secretária da Inovação, com o objetivo principal de "melhorar a qualidade e o nível de inovação no Brasil, com vistas a promover o desenvolvimento dos diversos sistemas produtivos por meio de práticas inovadoras" (MDIC, 2011).

Neste documento, a diplomacia da inovação foi considerada "a fim de atrair para o Brasil tecnologias, processos e investimentos nas áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovação, e a induzir novos investimentos e parcerias para o desenvolvimento industrial e produtivo;" (MRE, 2017, p.44). No Relatório de Gestão do ano seguinte, o termo voltou a aparecer, embora estruturado como um "Plano de Trabalho em Diplomacia da Inovação (PDI) como segue,

Com vistas à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, inovação e sociedade da inovação e sociedade da informação, no Brasil e no exterior, foi estruturado o Programa de Trabalho em Diplomacia da Inovação, que visa reduzir o hiato tecnológico em relação aos países desenvolvidos e criar condições para a inserção do Brasil nas cadeias mundiais de produção mais avançadas (MRE, 2018, p. 35)

A partir disto, o PDI passa a contar com uma página eletrônica no Itamaraty, no qual antes de apresentar as iniciativas deste programa, salienta que "a diplomacia constitui ferramenta essencial na formulação e execução de estratégias capazes de estimular a inovação tecnológica no Brasil e de contribuir ativamente para o crescimento econômico do país" (MRE, 2019b).

Assim, lançado em 2017, o "Programa de Diplomacia da Inovação (PDI)", conforme informação recebida pelo MRE (2019)²⁵, "não é um programa oficial no senso do direito administrativo", no entanto, tem por objetivo "quebrar os estereótipos vinculados à imagem do Brasil no exterior e mostrar um País que produz conhecimento, produtos e serviços em setores da fronteira científica e que tem capacidade de ser referência mundial em certas tecnologias" (MRE, 2019b).

Frente a isto, entre as atividades que compõe o PDI,

para além do acompanhamento de políticas públicas, inserem-se nessa linha desde atividades que visam a elevar o perfil do Brasil junto aos ecossistemas estrangeiros de inovação, com vistas a identificar parcerias e atrair investimentos, apoiar a internacionalização de "startups", auxiliar na mobilização da diáspora científica brasileira no exterior e fomentar a colaboração entre parques tecnológicos brasileiros e estrangeiros (MRE, 2019b).

Ainda a respeito da Diplomacia da Inovação, foi possível mapear dentro do Itamaraty, dois diplomatas que discutem esta diplomacia, são eles, Cruz Junior

²⁵ Informação fornecida por e-mail por Luis Fernando Corrêa da Silva Machado, Chefe da Divisão de Promoção Tecnológica I, em 10 de outubro de 2019.

(2010) e Silva (2018). Em motivo das suas percepções sobre a diplomacia da inovação já terem sido apresentadas no capítulo teórico, este momento apenas retoma suas ideias.

Apesar de não proporem um conceito sobre a diplomacia da inovação, ambos concordam com a orientação econômica e de condicionamento para o desenvolvimento do sistema de inovação nacional desta diplomacia. Semelhantemente, concordam com a diversidade de atores que a compõem, entre eles, empresas, universidades, centros de pesquisa e o governo. Silva (2018) ainda aborda a diplomacia da inovação com elementos colaborativos e ações típicas da diplomacia comercial, voltando-se à inserção dos atores nacionais em cadeias internacionais de valor e amplo estímulo ao empreendedorismo, ao qual Cruz Junior (2011, p. 300), poderia complementar ao ver que a diplomacia da inovação permitiria "gerar vantagens competitivas dinâmicas em detrimento das vantagens comparativas estáticas e tradicionais [...] [passando a representar] uma ferramenta auxiliar de primeira grandeza para a economia do desenvolvimento".

Esta ferramenta auxiliar a qual Cruz Junior (2011) se refere, viria através da possibilidade da diplomacia da inovação em

mobilizar o conhecimento gerado no exterior para facilitar investimentos, formação de novas empresas, fortalecimento de cadeias produtivas e atração de capital de risco (venture capital); e codesenvolvimento, nos países de origem, de novos produtos e processos intensivos em conhecimento e tecnologia, para os setores produtivo e de serviços, nos setores público e privado. Enquanto nos países industrializados a ênfase é dada à diplomacia da ciência, na medida em que corresponde a instrumento de geração de confiança e mitigação de conflitos, no caso dos países em desenvolvimento, a prioridade seria a diplomacia da inovação, em seu papel auxiliar de gerar condições para o desenvolvimento econômico-social e a criação de uma economia do conhecimento (CRUZ JUNIOR, 2010, p. 308).

Assim, quando falamos da prática da CT&I dentro do MRE, o diplomata Silva (2018, p. 324) afirma que "o Itamaraty tem, nos últimos anos, juntamente com outros atores governamentais e não governamentais brasileiros, dado passos concretos em direção ao desenvolvimento de uma política externa brasileira (PEB) da inovação". De fato, é possível observar nas iniciativas levantadas acima esta articulação do Itamaraty, tanto na temática da CT&I quanto na colaboração com novos atores não tradicionais.

Por fim, como último tópico desta seção, entre as iniciativas e práticas apresentadas anteriormente, surge uma nova frente no Itamaraty em apoio ao desenvolvimento do sistema nacional de inovação, a articulação em prol da aceleração e internacionalização de startups.

Foi possível notar, entre os Relatórios de Gestão do Exercício, que enquanto os Relatórios anteriores não citavam startups, o Relatório de 2016 já traz como um resultado das atuações do ano a

atuação das Embaixadas brasileiras no aprimoramento da análise de informações junto a empresas e instituições de outros países sobre atração de investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para o País, internacionalização de empresas brasileiras de base tecnológica e aceleração de empresas "startup" em parques tecnológicos (MRE 2017, p. 44).

De igual maneira, no Relatório de 2017 (MRE, 2018), além de apresentar a estruturação do PDI e o lançamento de uma Sala de Inovação, parceria entre MRE, Apex-Brasil, MDIC, MCTIC e BNDES, "com o propósito de ampliar a coordenação e a incentivar a instalação no Brasil de centros privados de pesquisa, desenvolvimento e inovação" (MRE, 2018, p. 35); expõe o lançamento do programa governamental StartOut Brasil, uma parceria entre MRE, MDIC, Apex-Brasil, Sebrae e Anprotec, para a inserção de startups brasileiras no exterior, tema este do próximo capítulo.

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em consideração a este capítulo, nota-se a emergência de novos agentes para tratar da política externa brasileira, do mesmo modo que uma descentralização da gestão de assuntos internacionais do Itamaraty, na chamada "horizontalização da política externa brasileira". É possível convergir as transformações que o Itamaraty vem passando com a discussão das transformações mais gerais da diplomacia moderna expostas no capítulo teórico. Nota-se também, a articulação do MRE para uma "diplomacia em redes", a qual poder ser evidenciada a partir de todas as iniciativas e práticas expostas neste capítulo.

Por fim, em meio a este contexto de desafios à coordenação do Itamaraty, este vem buscando articular-se com outros atores quando tratando de assuntos internacionais, no qual observa-se a especialização de diplomatas em assuntos específicos e no envolvimento e desenvolvimento de programas de temas atuais

(CT&I) e no qual podem inserir-se internacionalmente. Atenta-se principalmente, à configuração da diplomacia da inovação, que representa justamente esta nova interação dos diplomatas com atores do sistema nacional de inovação, sejam eles no relacionamento com cientistas, em programas como o Ciência Sem Fronteiras, ou com as empresas e agências de inovação, nas iniciativas SECOM, SECTECs, Sala de Inovação e StartOut Brasil.

4 O CASO DO PROGRAMA STARTOUT BRASIL: ATORES, OBJETIVOS E PERCEPÇÕES

O StartOut Brasil é um programa do Governo Federal de "apoio à inserção de startups brasileiras nos mais promissores ecossistemas de inovação do mundo" (STARTOUT BRASIL, 2019c). Teve lançamento em novembro de 2017 e tem por objetivo "inserir startups brasileiras no mercado global por meio de capacitação em internacionalização, missão internacional e conexão a ambientes de inovação, parceiros e investidores estrangeiros" (PLANO DE TRABALHO, 2017, p. 1). O programa é realizado por cinco instituições: Anprotec, Apex-Brasil, Sebrae, Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (atual Ministério da Economia).

Assim sendo, este capítulo tem por objetivo analisar o programa StartOut Brasil, seus atores, objetivos e percepções. Para tal, o capítulo está dividido em três partes, a primeira a qual busca apresentar atores, missão, competências para a atuação e atribuições no programa. A segunda seção contará com a apresentação dos objetivos e justificativas para a criação do StartOut e a terceira seção busca trazer os discursos dos atores com o objetivo de entender as percepções de cada ator com o programa e por fim, as considerações gerais.

4.1 OS ATORES DO STARTOUT BRASIL

Lançado em evento no dia 24 de novembro de 2017 (ANPROTEC, 2017), o programa StartOut Brasil toma corpo com a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) realizada em 20 de dezembro de 2017. O ACT prevê um prazo de 24 meses para a realização do programa, podendo ser prorrogado, por igual período em termo aditivo, se alcançados os resultados esperados e manifestado o interesse das partes (BRASIL, 2018). Assinam o ACT como partícipes: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (atual Ministério da Economia), Ministério das Relações Exteriores, Apex-Brasil e Sebrae (ACORDO DE COOPERAÇÃO, 2017; (RELATÓRIO ..., 2019). A participação da Anprotec é formalizada por meio de Convênio firmado diretamente com a Apex-Brasil (RELATÓRIO ..., 2019).

Com isto em vista, de maneira a compreender melhor quem são as instituições parceiras do programa, o Quadro 4 sintetiza a natureza jurídica, missão e visão de cada ator envolvido.

Quadro 4 - Natureza jurídica, missão e valor dos parceiros do Programa StartOut Brasil

Instituição	Natureza jurídica	Missão	Visão
Anprotec	"A ANPROTEC tem natureza jurídica eminentemente privada, sem finalidade lucrativa" (ANPROTEC, Regimento Interno, 2017, p. 4)	"Atuar como uma Rede Nacional de Ambientes de Inovação que promova o fortalecimento dos seus associados em prol da economia e da sociedade" (ANPROTEC, 2019)	"Ser reconhecida como ator imprescindível do empreendedorismo inovador pela liderança da Rede de Ambientes de inovação e pelos impactos gerados na economia e na sociedade" (ANPROTEC, 2019)
Apex-Brasil	"[...] pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública" (APEX-BRASIL, 2003, p. 1)	"Desenvolver a competitividade das empresas brasileiras, promovendo a internacionalização dos seus negócios e a atração de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED)" (APEX-BRASIL, 2019)	"O Brasil no mundo: Inovador, Competitivo e Sustentável" (APEX-BRASIL, 2019)
Sebrae	"Serviço Social autônomo, instituído por escritura pública sob a forma de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos" (SEBRAE, 2009, p. 3)	"Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e estimular o empreendedorismo" (SEBRAE, 2019)	"Ter excelência no desenvolvimento dos pequenos negócios, contribuindo para a construção de um país mais justo, competitivo e sustentável" (SEBRAE, 2019)
MRE	"[...] órgão político da Administração direta" (MRE, RISE, 2008 p. 10)	"[...] auxiliar o Presidente da República na formulação da política exterior do Brasil, assegurar sua execução, manter relações diplomáticas com governos de Estados estrangeiros, organismos e organizações internacionais e promover os interesses do Estado e da sociedade brasileiros no exterior" (MRE, RISE, 2008 p. 10)	Não identificado
MDIC	"[...] órgão integrante da estrutura da administração pública federal direta" (MDIC, 2019)	"Promover o desenvolvimento econômico por meio de políticas de estímulo ao comércio exterior, à indústria, comércio e serviços, e à inovação empresarial" (MDIC, 2019)	"Tornar o MDIC referência na gestão de políticas de comércio exterior e desenvolvimento industrial do país" (MDIC, 2019)

Fonte: Fonte: Elaboração própria.

A partir do Quadro 4, conclui-se que o programa StartOut Brasil reúne dois tipos de atores, aqueles de natureza jurídica pública e, de outro lado, privada e sem fins lucrativos. Quanto à missão das instituições, é possível observar que todas elas, com exceção do MRE, possuem como foco a promoção do desenvolvimento competitivo das empresas e impacto econômico. De igual maneira, a visão das instituições converge em geral para um discurso de promoção comercial - novamente com a exceção do MRE, embora se trate de um tema central dentro da gestão do ministério. Assim, embora a partir da análise do quadro notem-se

particularidades das funções do MRE em relação aos demais atores envolvidos no StartOut, salienta-se, no entanto, que o Itamaraty lançou o Programa de Diplomacia da Inovação no mesmo ano que o StartOut (2017), e a partir disto, menciona atuação mais direta em iniciativas que "visam a elevar o perfil do Brasil junto aos ecossistemas estrangeiros de inovação, [...] apoiar a internacionalização de 'startups' [...] e fomentar a colaboração entre parques tecnológicos brasileiros e estrangeiros" (MRE, 2019b).

Avançando na apresentação dos atores do StartOut, expõe-se a seguir, no Quadro 5, um compilado com informações acerca das competências de cada instituição, que uma vez articuladas resultariam na adequada execução do programa.

Quadro 5 - Articulação das Expertises no programa StartOut Brasil

Instituição	Expertise
Anprotec	Programa de internacionalização land2land: parques científicos e tecnológicos, incubadoras, aceleradoras e coworkings
Apex-Brasil	Internacionalização e atração de investimentos
Sebrae	InovAtiva Brasil e serviços de preparação para o mercado nacional e internacional
MRE	Programa de Diplomacia da Inovação, suporte consular e comercial nos mercados destino e conexão com a diáspora brasileira no exterior
MDIC	InovAtiva Brasil

Fonte: Elaboração própria com base no Relatório de Execução do StartOut Brasil – Ano I (dez/17 a dez/18).

A Anprotec seria a instituição com maior experiência quando se trata de projetos voltados a startups. Sua trajetória "está diretamente ligada ao desenvolvimento de incubadoras de empresas e parques tecnológicos brasileiros" (ANPROTEC, 2019), além de atuar com aceleradoras e coworkings. O programa de internacionalização land2land²⁶, referido no quadro como expertise da Anprotec, é na verdade uma iniciativa conjunta entre Anprotec, Apex-Brasil e Sebrae (LAND2LAND, 2019).

Além dessa parceria com a Anprotec, o Sebrae já atuou junto do MDIC em um programa anterior voltado a startups, o InovAtiva, programa de aceleração de startups criado em 2013 pelo MDIC, com o objetivo de "se tornar uma ferramenta da gestão pública que realiza aceleração, conexão, visibilidade e mentoria para startups

²⁶ Trata-se de um programa de softlanding para empresas que desejam se internacionalizar, o qual disponibiliza uma plataforma com acesso a uma rede de parques tecnológicos, incubadoras e coworkings, além de "outras ações como sessões de matchmaking, mentoria e capacitação para gestores de ambientes de inovação e para empresas inovadoras" (LAND2LAND, 2019).

[...] sem qualquer custo, visando fortalecer e fomentar o ecossistema de inovação no Brasil" (INOVATIVA, 2019). O Sebrae entrou como co-realizador a partir de 2016, trazendo "capilaridade nas ações do programa pelo Brasil" (INOVATIVA, 2019).

A Apex-Brasil (2019), por sua vez, "atua para promover os produtos e serviços brasileiros no exterior e atrair investimentos estrangeiros para setores estratégicos da economia brasileira", possuindo assim, ampla experiência em estratégias de internacionalização e inteligência de mercado (APEX-BRASIL, 2019).

O MRE seria a instituição com menos experiência na área, em comparação com as outras instituições, que possuem ampla trajetória de atuação junto a empresas e empreendedores desde a sua criação.

Os atores envolvidos no StartOut, com suas respectivas competências, desenvolvem "ações permanentes de comunicação e gestão do Programa" (PLANO DE TRABALHO, 2019, p. 03), as quais estão compiladas no Quadro 6.

Quadro 6 - Ações do StartOut e atribuições de cada ator

Ação	Atribuições
Mapeamento de Mercado	Apex-Brasil - missão prospectiva de mapeamento de mercado MDIC/Apex-Brasil - articulação com parceiros externos
Seleção/Capacitação	MDIC - plataforma online para inscrição e seleção; prospecção de mentores residentes no exterior Apex-Brasil - capacitação EAD via Passaporte para o Mundo SEBRAE - consultoria para capacitação dos selecionados
Missão	Apex-Brasil/MDIC - agenda, infraestrutura e logística da missão internacional MRE - passagens para colaborador eventual (por ordem de classificação)
Reconhecimento/Landing	MRE - guia com orientações para landing MDIC/Sebrae - consultoria pós-missão Anprotec – apoio ao landing por meio da cooperação com parques tecnológicos, incubadoras e aceleradoras. Além do encaminhamento das startups, de acordo com suas necessidades, para os serviços disponibilizados pelos parceiros do programa.
Comunicação	MDIC/Apex-Brasil - Peças de Divulgação e contratação de assessoria de imprensa Anprotec/Sebrae/Apex-Brasil/MRE/ME – divulgação das atividades do programa com sua base de parceiros e público interessado além do uso de suas redes sociais
Gestão	MDIC/Apex-Brasil - acompanhamento dos empreendedores MDIC/SEBRAE - coordenação das ações de seleção e capacitação Apex-Brasil - coordenação das ações de mapeamento, missão e landing

Fonte: Elaboração própria, com base em Plano de Trabalho (2017) e Informação fornecida por e-mail pela Anprotec (2019).

Nota-se, a partir do quadro acima, que as atividades atribuídas a cada umas das instituições parceiras do StartOut coincidem com suas expertises levantadas no Quadro 5. Ao mesmo tempo, fica clara a importância da articulação entre MDIC,

Sebrae e Apex-Brasil para a execução do programa, ao passo que as iniciativas nas quais o MRE é citado ele aparece atuando sozinho, e não em parceria com outros atores. O insulamento do MRE nestes quadros pode levantar duas reflexões; a primeira diz respeito ao fato de que as demais instituições já atuaram juntas em projetos anteriores, o que poderia facilitar a nova cooperação e; a segunda reflexão diz respeito ao fato de que representar o movimento que o ministério tem realizado para atuar com atores não tradicionais a partir da horizontalização da política externa brasileira. Isso demonstra o esforço do Itamaraty em desenvolver uma "diplomacia em redes", tal como pode ser visto através da implementação do PDI.

Para seguir a análise do StartOut Brasil, a próxima seção apresentará as justificativas e objetivos do programa, observando se há conexão com as transformações da diplomacia apresentadas no último capítulo e com os objetivos da diplomacia da inovação.

4.2 JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS DO PROGRAMA

Dando continuidade à análise do StartOut, passamos agora à discussão dos resultados esperados. A criação do programa, de acordo com o 1º Plano de Trabalho relativo ao ACT, justifica-se em decorrência da "baixa penetração de empresas brasileiras em mercados internacionais, tratando-se de um problema estrutural da economia brasileira" (PLANO DE TRABALHO, 2017, p. 1, com adaptações). Ainda conforme o documento, até a criação do StartOut, não havia um programa governamental integral de apoio a internacionalização de startups e, assim posto, o programa estaria cobrindo a

- i. inexistência de políticas de governo para auxiliar a inserção das startups em todas as fases de internacionalização; ii. despreparo do empreendedor para enfrentar os desafios da internacionalização; iii. despreparo da startup para enfrentar problemas mundiais com soluções de alto nível e se adequar a novos padrões tecnológicos e de conhecimento; iv. carência de recursos para apoiar o empreendedor nas fases iniciais do processo de internacionalização (PLANO DE TRABALHO, 2017, p. 2)

Dessa maneira, o programa se configuraria como um meio para "fortalecer a inserção das startups brasileiras no cenário internacional, conectadas com problemas globais" e uma "oportunidade real de [...] criar as bases de uma cultura de inovação com visão global" (PLANO DE TRABALHO, 2017, p. 1). Além disso,

"promover a internacionalização de empresas de base tecnológica é uma forma de incentivar o aumento da produtividade e competitividade do país" (PLANO DE TRABALHO, 2017, p. 1).

Tendo isto em vista, o ACT teria como resultados esperados os três argumentos detalhados no Quadro 7, o qual demonstra que, além de buscar a promoção das empresas a nível global em competitividade e mercado, possui como objetivo promover a imagem do Brasil como detentor de recursos humanos e conhecimento.

Quadro 7 - Resultados esperados do Acordo de Cooperação Técnica

Objetivo	Resultados esperados	Metas
1	Desenvolvimento de competências para ganho de competitividade internacional das startups	a. Capacitação em negócios, internacionalização e acesso a capitais b. Imersão em ambientes estrangeiros; c. Mentalidade global de negócios; d. Inserção em redes de relacionamento internacionais
2	Geração de Negócios	a. Exportação de bens e serviços; b. Parcerias de negócios. c. Parcerias tecnológicas; d. Atração de investimentos
3	Promoção do Brasil como país provedor de negócios inovadores:	a. Relacionamento com agentes público e privados do ambiente de inovação no exterior; b. Realização de eventos com a presença de formadores de opinião no exterior; c. Divulgação de informações sobre o ambiente de startups brasileiro e negócios inovadores desenvolvidos no Brasil

Fonte: Elaboração própria com base no Acordo de Cooperação Técnica (2017).

Nota-se através do quadro acima que todos os objetivos estão alinhados tanto com os objetivos da diplomacia da inovação de maneira geral quanto ao PDI do Itamaraty. Observa-se por exemplo, como destaque para a implementação do programa diplomacia da inovação, "quebrar os estereótipos vinculados à imagem do Brasil no exterior e mostrar um País que produz conhecimento" (MRE, 2019b), o que se enquadra diretamente ao objetivo 3 exposto no quadro. Quanto às metas reproduzidas no quadro, estas podem ser consideradas como algumas das práticas da diplomacia da inovação abordadas no capítulo teórico, tendo em vista que convergem em pontos semelhantes.

Com o intuito de alcançar as metas abordadas acima, o StartOut é operacionalizado a partir de fases do programa, as quais funcionam por "Ciclos de

Imersão" pelo qual são selecionadas até 20 startups com potencial de internacionalização e que possuem acesso gratuito a três módulos: i. Consultoria especializada em internacionalização, mentoria com especialistas no mercado de destino e treinamento de pitch; ii. Participação em missão com agenda voltada à prospecção de clientes e investidores e à conexão a ambientes de inovação, com visitas a aceleradoras, incubadoras e empresas locais; seminário de oportunidades; rodada de reuniões com prestadores de serviços; encontros organizados por matchmaker e demo day para investidores; e iii. Apoio pós-missão para definição da sua estratégia de internacionalização e/ou softlanding no mercado-alvo (STARTOUT BRASIL, 2019).

O programa iniciou atividades em 2017 e até o momento de construção dessa monografia, ocorreram 7 edições, com a missão a Xangai em andamento, tal como observado no Quadro 5 que segue (STARTOUT BRASIL, 2019c).

Quadro 8 - Ciclos do StartOut Brasil

Ciclo	Período da Missão
Paris	dezembro de 2017
Berlim	maio de 2018
Miami	setembro de 2018
Lisboa	novembro de 2018
Santiago	março de 2019
Toronto	junho de 2019
Boston	setembro de 2019
Xangai	dezembro de 2019

Fonte: Elaboração própria com base em StartOut Brasil (2019a, 2019b); Acordo de Cooperação (2017); Relatório de Execução (2019).

Cada ciclo (missão internacional) é estruturado da seguinte maneira, conforme descrito por Banco (2018, p. 44-45),

- (i) seleção das startups com perfil para internacionalização, (ii) disponibilização de instrumentos de preparação, a citar: cursos, mentoria, consultoria e matchmaking; (iii) imersão no país com agenda de negócios organizadas por um profissional que prospecta encontros com fornecedores, clientes e parceiros de acordo com a solução das startup; e (iv) inserção internacional propiciado pela rede de parques tecnológicos e incubadoras no exterior, credenciadas junto a Anprotec aliada aos pontos presenciais do Brasil na promoção comercial internacional, por meio dos escritórios da Apex e departamentos de promoção comercial no exterior dentro das embaixadas brasileiras.

A partir das informações apresentadas, é possível compreender que o programa conta com uma grande gestão operacional. Dando seguimento à análise, a próxima seção tem por objetivo apresentar as percepções dos atores sobre o processo de internacionalização de startups através de discursos encontrados dos atores sobre o StartOut.

4.3 PERCEPÇÕES GERAIS SOBRE O PROGRAMA

Por fim, em consideração à estrutura apresentada sobre o StartOut Brasil até este momento, partindo desde atores, suas competências gerais, competências que conectam ao programa, estratégia e operação, busca-se no Quadro 9 que segue, encontrar nos discursos dos atores, narrativas que associam a criação do programa à importância de internacionalização de startups para o país.

Quadro 9 - Discursos sobre o StartOut Brasil que associam a criação do programa à importância de internacionalização de startups

Instituição	Discurso
Anprotec	"É preciso mudar essa visão de que o brasileiro é bom para fazer amigos, mas ruim para fazer negócios" (ANPROTEC, 2018b)
Apex-Brasil	"Por que exportar? O Brasil representa 3% do mercado mundial. Faltam ainda 97% para ser conquistado. Todas as empresas estrangeiras que vêm ao Brasil, procuram parceiros nacionais para alavancar seus negócios. Estas missões permitem que os brasileiros façam o mesmo" (ANPROTEC, 2018b)
SEBRAE	-
MRE	"[...] Ministério das Relações Exteriores, falou sobre o preconceito no exterior com o Brasil e frisou que o projeto é uma das iniciativas para ajudar a apagar essa imagem e mostrar aos investidores todo potencial das empresas brasileiras" (ANPROTEC, 2018b); "o StartOut Brasil segue tendência mundial, promovida tanto por governos como pelo setor privado, de impulsionar ambientes nacionais de startups mediante exploração de oportunidades em mercados estrangeiros." (SILVA, 2018, p. 325)
MDIC	"a expectativa do governo é que as empresas tenham um maior volume de negócios no exterior e tragam boas práticas de gestão dos mercados de inovação mais maduros" (MDIC, 2017); "Internacionalização é importante para expandir mercados, mas não se trata apenas disso. Ao incentivarmos e criarmos mecanismos para as empresas brasileiras se internacionalizar, estimulamos a competitividade delas" (ANPROTEC, 2018b); "Nosso desafio é mudar a mentalidade do empreendedor brasileiro, para que, desde o início, ele já pense sua empresa globalmente. Temos modelos de negócios inovadores no país, com potencial de ganhar o mundo, mas falta ambição e apoio. Por isso, criamos o StartOut Brasil, que é a união de diversos programas de internacionalização de startups que estavam sendo feitos de forma separada por todas as instituições" (ANPROTEC, 2017c); "No exterior, elas podem também ter acesso a novas tecnologias, investimentos, parcerias e talentos que fortalecem sua atuação no Brasil" (ANPROTEC, 2018a)

Fonte: Elaboração própria.

Constatou-se através dos discursos do Quadro 6 que as instituições de maneira geral, entendem que internacionalizar é importante para a expansão dos negócios, desenvolvimento de boas práticas e conseqüente competitividade da empresa. É possível identificar, nos discursos da Apex-Brasil e do MDIC, narrativas de caráter mais comercial, com propósitos bem claros de que a internacionalização serviria para impulsionar o crescimento das empresas (startups), seja adquirindo talentos, melhorando a tecnologia ou gerando mais inovação. Enquanto nos discursos encontrados da Anprotec e MRE, além de uma visão comercial, encontra-se também uma visão mais simbólica, voltada à alterar a imagem do Brasil no exterior, tornando-o reconhecido como um ambiente favorável à inovação e negócios, além de sinalizar a partir do discurso de Silva (2018), que o StartOut também estaria seguindo uma tendência mundial de estímulo à startups.

Em desfecho, nota-se que o StartOut traz elementos de uma dinâmica participativa de entidades tanto públicas quanto privadas e no qual observa-se um alinhamento muito grande entre os discursos do programa do StartOut e do PDI do Itamaraty, o que sinaliza, tal como já apontado anteriormente, o movimento do MRE em prol de uma "diplomacia em rede", ligada às grandes transformações gerais da diplomacia moderna. Em contrapartida às outras instituições, ressalta-se que a participação destas não geram surpresas por tenderem em conformidade com seus propósitos institucionais e projetos já ativos na área de inovação e competitividade de empresas.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa StartOut Brasil incorpora a interação entre agentes governamentais e agentes privados, uma parcela dos atores da diplomacia da inovação em geral. Identifica-se assim, a participação de ministérios (MRE e MDIC), uma agência governamental (Apex-Brasil) e duas agência não governamentais voltadas ao mercado e inovação (Sebrae e Anprotec), fortalecendo a narrativa da descentralização e horizontalização da política externa brasileira para outros atores que não os tradicionais, e incentivando desta forma, o desenvolvimento pelo Itamaraty de uma "diplomacia em redes", a qual fica totalmente evidente neste programa.

Quando tratamos dos resultados ou objetivos esperados do programa, encontramos ali novamente fortes elementos e resultados que seriam chave para o

desenvolvimento de negócios e da competitividade das empresas, de igual maneira que uma promoção da imagem mais positiva do Brasil quanto ao ambiente de negócios, buscando utilizar o programa como um instrumento de *soft power*. Já com respeito aos discursos sobre o StartOut Brasil, na tentativa de encontrar narrativas que associam a criação do programa à importância de internacionalização (específica) de startups para o país, o que encontrou-se na verdade, apesar de se tratarem de notícias sobre o programa, foram discursos mais gerais, mas que envolviam geralmente, a expansão de mercados, amadurecimento de gestão e inovação para as empresas, aquisição de talentos internacionais e ainda, a mudança da percepção do Brasil, que atualmente não seria tão positiva quanto ao ambiente de negócios, mas que poderia mostrar-se assim (a partir dos resultados do programa), um ambiente inovador, no qual tanto instituições públicas quanto privadas estariam colaborando para o desenvolvimento de um ambiente propício para o negócio e a economia.

5 CONCLUSÃO

Os avanços tecnológicos acompanhados da globalização e da crescente interdependência entre os países, têm alterado e incluído novas dinâmicas nas relações entre atores públicos e privados, em ambos os níveis, nacional e internacional. Convergente a isso, frente à emergência de novas agendas na diplomacia e na arena internacional, a Ciência, a Tecnologia e a Inovação têm ocupado um lugar notável na transformação dessas dinâmicas.

No Brasil, a horizontalização da política externa brasileira a partir da descentralização do Itamaraty em assuntos vinculados ao internacional, tem aberto espaço para a atuação de novos agentes, apresentando uma crescente colaboração entre atores com funções e visões distintas; e novas agendas, na qual a CT&I e assuntos ligados a negócios inovadores e startups tem ganhado amplo espaço e debate. A partir deste contexto, esta monografia se propôs a mapear e analisar os atores, objetivos e percepções do StartOut Brasil no contexto de emergência da Diplomacia da Inovação.

A partir da revisão de literatura do primeiro capítulo, concluiu-se que a arena internacional e a diplomacia moderna estão repletas de novos atores e temáticas que inauguram a chamada "diplomacia em redes". Esta interação deveria causar desafios para a coordenação dos agentes tradicionais da política externa, enquanto ocorrem processos simultâneos de colaboração e competição em diferentes níveis. É através do contexto da sociedade do conhecimento, na qual a competitividade e poder de um país encontra-se na capacidade de desenvolvimento e reprodução de tecnologias inovadoras, que foi possível observar a emergência da CT&I como elemento crescente nos debates envolvendo a política externa.

Essa crescente presença da CT&I na política externa, assim como a descentralização dos órgãos diplomáticos na gestão de assuntos internacionais, também alcançou o Itamaraty. Em consequência da participação ativa de outros atores, agências governamentais, outros ministérios ou empresas, além da crescente conexão entre assuntos de natureza doméstica e internacional, fizeram o Itamaraty, com o intuito e resguardar alguma coordenação da política externa brasileira, a criar departamentos especializados em determinados assuntos, tal como da necessidade dos diplomatas de especializarem-se. Foi possível observar

deste modo, a inserção da temática de CT&I no Itamaraty e recentes práticas voltadas à articulação de políticas públicas.

Em meio a essa nova articulação do Itamaraty, observa-se a estruturação de uma diplomacia da inovação, composta, assim como a revisão de literatura apresentou, por múltiplos atores, mas que possui foco naqueles agentes chave de um sistema de inovação, empresas, centros de inovação e parques tecnológicos; e por objetivos de caráter comercial, os quais congregam elementos de colaboração e competição para alcançar objetivos de desenvolvimento da competitividade e capacidade de inovar das empresas nacionais.

Levando isso em consideração, a partir das análises desta monografia, foi possível compreender que a diplomacia da inovação se compõe especialmente de atores do sistema de inovação de um país, e que as instituições realizadoras do StartOut Brasil, convergem com estes atores encontrados na literatura, com exceção dos atores de inovação da academia. A configuração do programa que foi observada é de uma articulação de atores governamentais com atores sociais, representando tanto a horizontalização da política externa brasileira, quanto da atuação da "diplomacia em redes", na qual os atores diplomáticos e agentes governamentais se organizam com novos atores do âmbito internacional para não perderem seu poder de coordenação. Frente a isso, destaca-se com evidência, a crescente interação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil com atores do sistema de inovação. Do mesmo modo, outra descoberta que pode ser ressaltada sobre o programa é a possível articulação do Itamaraty na criação estratégica do StartOut, visto que há uma coincidência dos discursos, objetivos e emergência entre diplomacia da inovação e o StartOut no mesmo período de tempo.

Assim, enquanto a literatura trouxe uma perspectiva de que há uma descoordenação dos órgãos diplomáticos e do governo em prol de assuntos envolvendo a política externa a partir deste novo contexto; no caso específico do StartOut, é possível inferir que há uma coordenação fluída entre os atores parceiros do programa, pois já atuaram em programas anteriores em conjunto e conseguem alocar suas competências dentro deste novo programa. No caso específico do Itamaraty, este parece estar buscando por meio da estruturação da diplomacia da inovação e subsequente participação no StartOut, resguardar alguma coordenação da política externa ou no mínimo, acompanhar e agregar a si o desenvolvimento de

estratégias para a inserção dos atores do sistema de inovação no mercado estrangeiro.

Quanto aos objetivos do programa, os quais seriam num escopo amplo: I. desenvolver competência para ganho de competitividade internacional das startups; II. geração de negócios e; III. promoção do Brasil como país provedor de negócios inovadores; foi possível concluir num contexto macro, que há uma convergência com os objetivos apresentados pela diplomacia da inovação e que o StartOut Brasil, poderia ser utilizado como um instrumento de *soft power*. Descendo ao nível do que poderia se entender como objetivos específicos de cada ator, o qual buscou-se através da análise de missão e visão entender as motivações destes, observou-se que, enquanto MDIC, Apex-Brasil, Sebrae e Anprotec possuem objetivos claros quanto à competitividade e sustentabilidade das empresas brasileiras em apoio ao crescimento econômico do país, no caso do Itamaraty, observa-se até a estruturação da diplomacia da inovação, que tais objetivos nem sempre aparecem visíveis, dando a entender um posicionamento mais simbólico para a sua participação no programa, seja para manter a centralidade das ações internacionais dentro do órgão diplomático ou para apoiar no desenvolvimento de uma visão mais atrativa do Brasil no cenário internacional.

Em respeito às percepções das instituições sobre o StartOut Brasil, ocorre, de uma maneira geral, um encontro de narrativas de que o programa seria importante para a expansão de mercados, amadurecimento de gestão e inovação, e aquisição de talentos para as empresas, o que traria um ambiente de crescimento econômico ao país. Além disso, foi possível observar na pouca informação disponível, uma preocupação latente com a imagem que o Brasil projeta internacionalmente. Assim, embora o StartOut possa ser utilizado como instrumento de *soft power*, na observação de alguns discursos sobre a projeção da imagem do Brasil, nem sempre há uma articulação clara com os objetivos finais que justifiquem a importância da alteração da imagem do país no estrangeiro.

Sugere-se para futuras pesquisas, uma análise sobre possíveis conflitos e problemas de coordenação que poderiam surgir entre esses atores distintos de ambos os programas, StartOut Brasil e Diplomacia da Inovação. Além disso, pesquisas poderiam ser aprofundadas quanto aos resultados do StartOut Brasil, buscando entender seus impactos sobre empregos, PIB *per capita*, tal como, se as empresas que usufruíram do programa são empresas lucrativas. Por fim, uma

pesquisa mais aprofundada poderia trazer noções de políticas públicas para analisar se o StartOut Brasil pode ser considerado um instrumento efetivo da diplomacia da inovação.

REFERÊNCIAS

Acordo de Cooperação Técnica entre MDIC, MRE, Apex-Brasil e Sebrae para desenvolvimento do programa brasileiro de internacionalização de startups. Assinatura em 20 de dezembro de 2017. **Fornecido pela Coordenadora de Projetos Internacionais da Anprotec por e-mail.**

ANPROTEC. **Participantes do StartOut Brasil visitam maior campus de startups do mundo. Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores.** 2018a. Disponível em: <http://anprotec.org.br/site/2018/01/participantes-do-startout-brasil-conhecem-maior-campus-de-startups-do-mundo/>. Acesso em: 18 nov. 2019.

ANPROTEC. Pesquisa sobre StartOut Brasil. **Mensagem recebida por e-mail em 28 de outubro de 2019.**

ANPROTEC. **Programa StartOut Brasil será lançado em São Paulo nesta sexta 24/11. Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores.** 2017a. Disponível em: <http://anprotec.org.br/site/2017/11/programa-startout-brasil-sera-lancado-em-sao-paulo-nesta-sexta-24/>. Acesso em: 29 out. 2019.

ANPROTEC. **Sobre. Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores.** 2019. Disponível em: <http://anprotec.org.br/site/sobre/>. Acesso em: 13 out. 2019.

ANPROTEC. **Sobre: Acesse o Regimento Interno. Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores.** 2017b. Disponível em: <http://anprotec.org.br/site/sobre/>. Acesso em: 26 set. 2019.

ANPROTEC. **StartOut apresenta destinos de 2019 e faz balanço de seu primeiro ano. Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores.** 2018b. Disponível em: <http://anprotec.org.br/site/2018/11/startout-apresenta-destinos-de-2019-e-faz-balanco-de-seu-primeiro-ano/>. Acesso em: 29 out. 2019.

ANPROTEC. **StartOut Brasil é lançado com meta de internacionalizar startups. Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores.** 2017c. Disponível em: <http://anprotec.org.br/site/2017/11/startout-brasil-e-lancado-com-meta-de-levar-60-startups-para-missoes-internacionais-em-2018/>. Acesso em: 29 out. 2019.

APEX-BRASIL. **Normativos:** Decreto nº 4584, de 5 de fevereiro de 2003 – institui a Apex-Brasil. **Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos.** 2003. Disponível em: <https://portal.apexbrasil.com.br/transparencia/>. Acesso em: 3 out. 2019.

APEX-BRASIL. **Quem somos. Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos**. 2019. Disponível em: <https://portal.apexbrasil.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 13 out. 2019.

AWTI (ADVISORY COUNCIL FOR SCIENCE, TECHNOLOGY AND INNOVATION). **STI Diplomacy**: advancing the internationalisation of science, technology and innovation. **AWTI**. Haia, 2017. 64 p. Disponível em: <https://www.awti.nl/documenten/adviezen/2017/05/16/vertaling-sti-diplomacy>. Acesso em: 6 nov. 2019.

BANCO, Cristina Mieko Costa. **Internacionalização de startups brasileiras**: uma abordagem prática através do programa StartOut Brasil. Brasília, 2018. 175 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual - Transferência de Tecnologia para a Inovação) - Universidade de Brasília, 2018.

BLANK, Steve. **What's A Startup? First Principles**. **Steve Blank**. 2010. Disponível em: <https://steveblank.com/2010/01/25/whats-a-startup-first-principles/>. Acesso em: 21 set. 2019.

BOUND, Kristen. Innovating Together? The Age of Innovation Diplomacy: Winning with Global Innovation. In: CORNELL UNIVERSITY, INSEAD, AND WIPO. **The Global Innovation Index 2016**. WIPO, 2016. cap. 4, p. 91-95. (The Global Innovation Index).

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA (MDIC). **Governo lança programa de internacionalização de startups**. 2017. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/ultimas-noticias/2888-governo-lanca-programa-de-internacionalizacao-de-startups>. Acesso em: 29 out. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS (MDIC). **Institucional**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/institucional/comissao-de-etica/72-acesso-a-informacao/786-institucional>. Acesso em: 13 out. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). SECRETARIA GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório de Gestão do Exercício 2016**. Brasília, 2017. 135 p. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_acesso_info/auditorias_brasil/SG/2016/Relatorio_de_gestao_2016_SG.pdf. Acesso em: 16 nov. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Perguntas frequentes**: O que é o Ministério das Relações Exteriores? Quais suas funções? Quando foi fundado?. Brasília, 2019a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/perguntas-frequentes-artigos/19363-o-ministerio->

das-relacoes-exteriores-e-as-carreiras-do-servico-externor#tres. Acesso em: 13 out. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **PORTARIA Nº 212, DE 30 DE ABRIL DE 2008**. 2008. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/RISE.pdf>. Acesso em: 3 out. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Programa de Diplomacia da Inovação**. 2019b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/ciencia-tecnologia-e-inovacao/124-programa-de-diplomacia-da-inovacao>. Acesso em: 1 jul. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). SECRETARIA GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório de Gestão de Exercício do 2017**. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_acesso_info/auditorias_brasil/SG/2017/SG-Relatorio-de-Gestao-2017.pdf. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Setores de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTECs)**. 2019c. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/ciencia-tecnologia-e-inovacao/19250-setores-de-ciencia-tecnologia-e-inovacao-sectecs>. Acesso em: 16 nov. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). SECRETÁRIA DA INOVAÇÃO. **Relatório de Gestão do Exercício de 2010. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. 2011. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/images/REPOSITARIO/aeci/auditorias/secretaria-de-inovacao-e-novos-negocios/2010/relatorio-de-gestao-sin-2010.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIOS DAS RELAÇÕES EXTERIORES. SECRETARIA GERAL DE DO SERVIÇO EXTERIOR. **Relatório de Gestão do Exercício de 2015**. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_acesso_info/auditorias_brasil/SGEX/2015/Relat_de_Gesto_SGEX_2015.pdf. Acesso em: 15 Nov. 2019.

BROOKS, Harvey. Technology, Evolution, and Purpose. **Daedalus**, v. 109, n. 1, p. 65-81, 1980.

CABINET OFFICE. **Toward the Reinforcement of Science and Technology Diplomacy. Cabinet Office**. Japan, 2007. 3 p. Disponível em: https://www8.cao.go.jp/cstp/english/doc/s_and_t_diplomacy/20070424tow_the_reinforcement_of.pdf. Acesso em: 9 nov. 2019.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. Sistemas de Inovação e Desenvolvimento: as implicações de política. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 34-45, 2005.

COOPER, Andrew F. (Org.); HEINE, Jorge (Org.); THAKUR, Ramesh (Org.). **The Oxford Handbook of Modern Diplomacy**. Oxford: Oxford University Press, 2013. 766 p.

COSTA, L. F. L. G. et al. Estratégias de Inovação das startups global borns: um estudo comparativo em empresas incubadas. **Empírica BR**, v. 1, 2015.

CRUZ JUNIOR, Ademar Seabra da. **Diplomacia, Desenvolvimento, e Sistemas Nacionais de Inovação**: Estudo comparado entre Brasil, China e Reino Unido. Brasília: Editora Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 292 p.

CRUZ JUNIOR, Ademar Seabra da. Relatório da Sessão "Diplomacia da Inovação". **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 15, n. 31, p. 297-308, 2010.

DANTAS, Aline Chianca. **Cooperação Técnico-Científica Brasileira com o Japão e com a China nos âmbitos agrícola e espacial (1970-2015)**. Brasília, 2019. 437 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, 2019.

ETZKOWITZ, Henry; ZHOU, Chunyan. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**. Tradução Carlos Malferrari, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 23-48, May/Aug 2017. Tradução de: Triple Helix: University-Industry-Government Innovation and Entrepreneurship. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190003>. Acesso em: 23 nov. 2019.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. O Itamaraty e a Política Externa Brasileira: Do Insulamento à Busca de Coordenação dos Atores Governamentais e de Cooperação com os Agentes Societários. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 311-355, jan/jun 2012.

FLINK, Tim; SCHREITERER, Ulrich. Science diplomacy at the intersection of S&T policies and foreign affairs: toward a typology of national approaches. **Science and Public Policy**, v. 37, n. 9, p. 665-677, 2010.

FRANÇA, Cássio; SANCHEZ, Michelle Ratton. A horizontalização da política externa brasileira. **Valor Econômico**, ano 2009, 24 abr. 2009. Opinião. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/449319>. Acesso em: 15 nov. 2019.

HILL, Christopher. **The Changing Politics of Foreign Policy**. Palgrave Macmillan, 2003. 376 p.

INOVATIVA BRASIL. **Sobre o InovAtiva. InovAtiva Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.inovativabrasil.com.br/sobre/>. Acesso em: 11 nov. 2019.

LAND2LAND. **Sobre. Land2land**. 2019. Disponível em: <https://land2land.com.br/about>. Acesso em: 11 nov. 2019.

LASTRES, Helena Maria Martins; FERRAZ, João Carlos. Economia da Informação, do Conhecimento e do Aprendizado. In: LASTRES, Helena Maria Martins (Org.); ALBAGLI, Sarita (Org.). **Informação e Globalização na Era do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1999. cap. 1, p. 27-57. Disponível em: <https://ihmcumaps.ihmc.us/rid=1HM4HXLGM-12RWZ0-69G/Codifica%C3%A7%C3%A3o%20do%20Conhecimento.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2019.

LEIJTEN, Jos. Exploring the future of innovation diplomacy. **European Journal of Futures Research**, v. 5, n. 20, 22 dezembro 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40309-017-0122-8>. Acesso em: 3 jun. 2019.

LEIJTEN, Jos. **Is there something like innovation diplomacy? EL-CSID**. 2016. Disponível em: <https://www.el-csid.eu/single-post/2016/09/12/blognote5>. Acesso em: 21 set. 2019.

LEITE, Iara Costa; GAYARD, Nicole Aguiar. Quatro abordagens sobre a interação entre cientistas e Estados nas Relações Internacionais. **Relações Internacionais**, v. 62, p. 85-101, junho 2019.

MARIOTTO, Fábio Luiz. **Processos de Internacionalização das Empresas Brasileiras**: Relatório Final. São Paulo: GVPesquisa, 2016. 89 p. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13432/F%C3%A1bio%20Mariotto_Relat%C3%B3rio_Final.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 nov. 2019.

MARZANO, Fabio Mendes. **Políticas de Inovação no Brasil e nos Estados Unidos**: a busca da competitividade – oportunidades para a ação diplomática. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 304 p.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Pesquisa sobre StartOut Brasil. **Mensagem recebida por e-mail em 10 de outubro de 2019**.

MÜLLER, Ruth; WITJES, Nina. Of Red Threads and Green Dragons: Austrian Sociotechnical Imaginaries About STI Cooperation with China. In: MAYER, Maximilian (Org.); CARPES, Mariana (Org.); KNOBLICH, Ruth (Org.). **The Global Politics of Science and Technology**: Perspectives, Cases and Methods. Springer, v. 2, 2014, p. 47-66. (Global Power Shift).

NYE, Joseph S. **Soft Power: The means to success in world politics**. New York: PublicAffairs, 2004. 206 p.

NYE, Joseph S. Soft Power. In: NYE, Joseph S. **The Future of Power**. 1. ed. New York: Public Affair, 2011, p. 81-109.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Manual de Oslo**: Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3. ed. 2006.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **OECD Science, Technology and Industry Outlook 2014**. OECD Publishing, 2014. 480 p. Disponível em: https://dx.doi.org/10.1787/sti_outlook-2014-en. Acesso em: 23 nov. 2019.

OVIATT, Benjamin M.; MCDUGALL, Patricia Phillips; LOPER, Marvin. Global Start-Ups: Entrepreneurs on a Worldwide Stage [and Executive Commentary]. **Academy of Management**, v. 9, n. 2, p. 30-44, May 1995. Careers in the 21st Century.

PINHEIRO, Leticia (Org.); MILANI, Carlos R. S. (Org.). **Política externa brasileira: a política das práticas e as práticas da política**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. 350 p.

Plano de Trabalho relativo ao Acordo de Cooperação Técnica. In: Acordo de Cooperação Técnica entre MDIC, MRE, Apex-Brasil e Sebrae para desenvolvimento do programa brasileiro de internacionalização de startups. Assinatura em 20 de dezembro de 2017. **Fornecido pela Coordenadora de Projetos Internacionais da Anprotec por e-mail**.

PROZCZINSKI, Daniele; STEINBRUCH, Alexandre Martins. Os obstáculos à internacionalização de empresas inovadoras e o papel dos Ambientes de Inovação no Brasil. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PARQUES TECNOLÓGICOS E INCUBADORAS DE EMPRESAS, XXIV. 2014, Belém: Anprotec, 2014.

Relatório de Execução do StartOut Brasil. Ano I (dez/17 a dez/18). **Fornecido pelo Chefe da Divisão de Promoção Tecnológica I/MRE por e-mail**.

RIBEIRO, Fernanda Ferreira et al. O papel da inovação no processo de internacionalização de empresas brasileiras do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação. **Internext – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 140-166, jul/dez 2010.

ROYAL SOCIETY. **News Frontiers in Science Diplomacy**: Navigating the changing balance of power. **Royal Society**. London, 2010. 44 p. Disponível em: . Acesso em: 9 Dez. 2019.

RUFFINI, Pierre-Bruno. **Science and Diplomacy: A New Dimension of International Relations**. Le Havre: Springer, 2015. 141 p.

SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 1, p. 40-59, 2013.

SATO, Eiiti et al. Brazilian diplomatic thought on science, technology and innovation: a preliminary overview. In: **DIPLOMATS IN SCIENCE DIPLOMACY: PROMOTING SCIENTIFIC AND TECHNOLOGICAL COLLABORATION IN INTERNATIONAL RELATIONS**. 2019, Copenhagen, 2019.

SEBRAE. **Missão. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**. 2019. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_estrategia. Acesso em: 13 out. 2019.

SEBRAE. **Quem somos: Estatuto Social do Sebrae. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**. 2009. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos. Acesso em: 2 out. 2019.

SILVA, Pedro Ivo Ferraz da. Fundamentos teóricos e práticos para uma Diplomacia da Inovação. In: INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **Cadernos de Política Exterior**. 4. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018, p. 307-330.

SKOLNIKOFF, Eugene B. **The elusive transformation: science, technology, and the evolution of international politics**. Princeton: Princeton University Press, 1993. 322 p.

STARTOUT BRASIL. **Edições passadas. StartOut Brasil**. 2019a. Disponível em: <https://www.startoutbrasil.com.br/edicoes-passadas/>. Acesso em: 11 nov. 2019.

STARTOUT BRASIL. **Próximos destinos. StartOut Brasil**. 2019b. Disponível em: <https://www.startoutbrasil.com.br/proximos-destinos/>. Acesso em: 11 nov. 2019.

STARTOUT BRASIL. **Sobre o programa. StartOut Brasil**. 2019c. Disponível em: <https://www.startoutbrasil.com.br/sobre/>. Acesso em: 2 out. 2019.

TROYJO, Marcos Prado. **Tecnologia e Diplomacia: Desafios da Cooperação Internacional no campo Científico-Tecnológico**. São Paulo: Aduaneiras, 2003. 168 p.

TUREKIAN, Vaughan C. et al. The Emergence of Science Diplomacy. In: DAVIS, Lloyd S.; PATMAN, Robert G. **Science Diplomacy: New Day or False Dawn?**. Wellington: World Scientific, 2015, p. 1-22.

WEISS, Charles. Science, technology and international relations. **Technology in Society**, Washington, v. 27, p. 295-313, 2005.